

Recensões bibliográficas

QUINTANILLA, Alberto - Estudios de fonología ibérica. Vitoria-Gasteiz : Universidad del País Vasco, 1998. 325 p. (Veleia: Revista de Prehistoria, Historia Antigua, Arqueología y Filologías Clásicas. Anejos. Serie Minor ; 11). ISBN 84-8373-041-3.

O livro de que nos vamos ocupar constitui uma versão ampliada da tese de doutoramento, dirigida pelo Prof. Jürgen Untermann, que Alberto Quintanilla defendeu na Universidade de Colónia em 1992. Este estudo tem por objectivo sistematizar tudo o que se sabe acerca da ainda misteriosa fonologia ibérica, tendo Quintanilla já divulgado uma parte do mesmo, relativa ao vocalismo (Quintanilla, 1993), aqui discutida com grande pormenor entre os capítulos 2 e 11 (p. 47-188). As consoantes ibéricas constituem o alvo dos restantes capítulos (12 a 16) (p. 189-282). De grande interesse é a lista de topónimos e etnónimos ibéricos numismaticamente documentados, sendo também arrolados os outros testemunhos (literários e epigráficos) que os atestam (p. 285-288). Segue-se um índice das palavras estudadas no corpo do trabalho (p. 291-308) e uma bibliografia (p. 311-316), que conta com um título datado de 1990, dois de 1991, um de 1992, três de 1993 e um de 1994, tendo este último sido distribuído apenas no ano seguinte. A obra termina com um resumo da mesma em alemão.

As incertezas que continuam e continuarão a pender sobre a língua ibérica permitem a expressão de posições diversas das que aqui são defendidas por Quintanilla. É o que faremos em seguida:

- É pena que o repertório antroponímico ibérico usado nesta obra se tenha cingido à lista elaborada por Jürgen Untermann (*MLH* III, 1, p. 209-238) (p. 24). Este último investigador, em nosso entender (Faria, 1994b, p. 66), rodeou-se de excessivas cautelas, deixando por identificar numerosos antropónimos. Por outro lado, muitos outros foram publicados desde 1990.

- Não é correcto identificar os habitantes do Baixo Guadalquivir como os únicos utilizadores da escrita do SO. (p. 32), quando é sabido que a esmagadora maioria dos testemunhos daquela escrita se concentra nas províncias portuguesas do Baixo Alentejo e Algarve.

- Diversamente do que pretende Quintanilla (p. 32-33), parece-nos óbvio que quase todas inscrições em escrita meridional documentam a língua ibérica.

- Quintanilla é de opinião que os nomes dos 30 cavaleiros ibéricos foram reproduzidos cuidadosamente no Bronze de Ascoli (p. 33); no entanto, os problemas que a leitura de alguns deles tem levantado (v., e.g., p. 97, n. 29, p. 122, 151) obrigam-nos a discordar de tal afirmação.

- Apesar de Quintanilla não acreditar na ocorrência em ibérico da semivogal **w** (p. 36), esta parece estar presente nos NNP **uisebartaS** (G.13.1) (Faria, 1994b, p. 68) e *Viseradin* (*CIL* II 4450).

- *[L?]eihar* (TContr) pode ser mais um NP ibérico dotado de aspiração (Faria, 1993, p. 153) a acrescentar aos arrolados por Quintanilla (p. 37).

- Não há garantias de que *Vrchail* (*CIL* II 1087) seja NP ibérico (p. 37) (Faria, 1993, p. 154-155).

- Não é totalmente certo que a sequência *muta cum liquida* falte nas transcrições alfabéticas de vocábulos ibéricos (p. 39), já que a podemos detectar em *Escrad[in..]o* (G.12.4).

- A repetição vocálica que se verifica em **berSiRCao** (G.7.2), e não **beRsiRkaao** (p. 44), explica-se pelo facto de os últimos dois signos representarem valores metrológicos (de Hoz, 1981, p. 478-479; Faria, 1990-1991, p. 79). É por isso que na mesma inscrição figura igualmente **berSiRCao** (e não **beSiRCao**) (p. 44, n. 8).

- **otatiis** (A.100-13.) (p. 44) é má leitura por **odaciiS** (Faria, 1992, p. 43).

● *Viiniit* e *Miihsam* (p. 44, n. 10) devem dar lugar, respectivamente, a *Vinit* (Faria, 1994a, p. 56, n.º 399) e a [...]*ihsa*[...] (Faria, 1994a, p. 45, n.º 181).

● Os NNP *uisebartaS* (G.13.1) e *Viseradin* (CIL II 4450) parecem contradizer o que postula Quintanilla: “en inicial de palabra **u** no está nunca seguida de outra vocal(...)” (p. 45).

● Aos casos de **-u-** intervocálica assinalados (p. 45, n. 13) deve juntar-se **auetiriS** (B.1.15).

● Independentemente da origem linguística do topónimo **turiasu** (A.51) (p. 50-51, 223), a fonologia subjacente à legenda monetária indígena que o veicula deve ser ibérica, atendendo ao signo de sibilante empregue.

● Sobre a interpretação da legenda monetária **Saiti** como abreviação de **Sait(ab)i** (p. 51), v. Gil Farrés, 1956, p. 36, 40; Faria, 1991, p. 17, 1995a, p. 82). Há que contemplar a possibilidade de **Saiti** abreviar **Sait(abi)**. De facto, só se o último signo comportar apenas um valor consonântico é que **Saitir** poderá estar por **Sait(abieTa)R** (p.51), já que **Sait(ab)i(eta)R** não faria muito sentido. Em todo o caso, não é nada seguro que **eTaR** constitua um sufixo de procedência (p. 51, n. 12).

● Sendo **ipolca** (A.100) um topónimo claramente “tartésico” (de Hoz, 1993, p. 648), não se compreende que Quintanilla o traga à colação na discussão da fonologia ibérica (p. 51-52, 55, 253, 267, 281) (Faria, 1993, p. 156). De qualquer modo, é possível achar para o eventual valor exclusivamente consonântico do último signo do letreiro monetário **ipolca** um paralelo no segundo grafema da legenda **iCale(n)sCen** (A.95), se este étnico corresponder aos Ἰγλητες de Estrabão (*Geogr.* 3. 4. 19) (Gómez-Moreno, 1949, p. 185; Faria, 1991, p. 15).

● A evolução fonética ibérica **e > o** parece assentar em bases muito frágeis (p. 52), sobretudo depois de se constatar que a leitura da legenda monetária **Cose** deve dar lugar a **TiCose** (CNH 52:102).

● Aos topónimos ibéricos que nas moedas terminam em **-e**, passando a **-a** em latim (p. 53-54), deverá juntar-se **belse** > **ildubelse* > **Illuversa* > **Illuversa* > *Illuersensis* (TSall) (Faria, 1995b, p. 324-325).

● É pouco provável que *Calagurri* seja um topónimo ibérico (p. 56). *Cala* é elemento onomástico que não conta com nenhum outro exemplo nesta língua; por outro lado, *gorri* poderá explicar-se pelo vascónico-aquitano (Gorrochategui, 1993, p. 611, 615; v. p. 115). O facto de o “étnico” ser formado com o sufixo **-(i)tani** não pode servir de prova de uma tal extracção, visto que ele também se aplica a étnicos indo-europeus (e.g. *Aranditani* e *Igaeditani*).

● Continuamos a crer que a sibilante final observada em *Bilbilis*, *Saetabis*, *Calagurris*, etc. corresponde a uma adaptação à declinação latina de tema em **-i** (Faria, 1993, p. 158). Não nos parece defensável identificar a dita sibilante com a desinência de nominativo singular céltico (p. 57), porquanto a mesma é observável, apenas em caracteres latinos, em topónimos que ocorrem em zonas não-indo-europeias. Refira-se, de resto, que o topónimo *Saetabi* figura nas moedas sempre desprovido do **-s** final.

● Não é possível que Lívio se servisse da Ἡτρόβησσα de Ptolemeu (p. 58, n. 43), pois este autor é posterior àquele em mais de um século.

● As moedas bilíngues de **useceRde**/*Osicerda* (A.26) não pertencem à época imperial (p. 59), uma vez que foram batidas ainda em vida de César.

● Não há provas de que **bacon** seja mera variante dialectal de **becon** (p. 71). Quintanilla, na esteira de J. Untermann, considera haver determinados elementos antroponímicos ibéricos que não passam de simples variantes de outros. É com base neste pressuposto, quanto a nós

errado, que Quintanilla dá conta da existência de centena e meia de elementos onomásticos (p. 69), o mesmo número que se observa no repertório elaborado por Untermann há uma década (*MLH* III, 1, p. 209-238), quando, pelas nossas contas, estes já ultrapassam as três centenas e meia. Não podemos, a propósito deste assunto, deixar de fazer nossas as palavras de J. A. Correa (1993, p. 331), referindo-se ao catálogo de Untermann: «... convendría no haber mezclado en una misma lista elementos antroponímicos que, aun siendo parecidos, no son iguales». É na presunção da existência de variantes dialectais no universo dos elementos antroponímicos que se fundamenta todo o livro. Não se sabendo quase nada sobre a morfologia da língua ibérica, parece-nos demasiado arriscado estabelecer comparações e analogias entre morfemas de significado desconhecido.

- Segmentando-se o teónimo aquitano *Baigorixo* em *bai-gori-xo* (Gorrochategui, 1993, p. 611; v. p. 115), é descabida qualquer tentativa de comparação entre este e *bekor* (G.1.1) (p. 71). Aliás, o elemento onomástico **bai** conta com vários casos em ibérico (Faria, 1995b, p. 323-324).

- Além de estar documentado em Elne (B.9.1) (p. 74), o NP **elerbaS** surge igualmente gravado no chumbo grego de Pech Maho sob a forma Ελερυαζ (Faria, 1994b, p. 69).

- Continuamos a acreditar que o elemento onomástico **elan** (p. 74) está presente em *Ges-elan-den* (*HEp* 5, 1995, 636) (Faria, 1995a, p. 81-82). Se, como quer Untermann (*MLH* III, 1, p. 221), **elan** pertencer à onomástica ibérica, é bem provável que *Elandorian* (Albertos, 1966, p. 112) constitua também um NP ibérico (Faria, 1994b, p. 67).

- **urcecerere** (F.6.1) (p. 75) deve corresponder ao NP **urcecerer** seguido do sufixo **-e** (Pérez Orozco, 1993b, p. 221).

- Em vez de **urcetibaS** (p. 75), deve ler-se **urcetigeS** (C.21.1) (Correa, 1992, p. 284; Pérez Orozco, 1993a, p. 62; Faria, 1994b, p. 68).

- **urCailtu** (p. 75, 88, 121, 131, 201, n. 43, p. 238, n. 60, p. 252) é transliteração que deve ser substituída por **urCailbi** (A.100-8., -9.) (Faria, 1995a, p. 85-86).

- Nada leva a crer que o NP *Vrchail* (*CIL* II 1087) esteja abreviado (p. 75, 131, 252) (Faria, 1993, p. 155).

- Não estamos convencidos da existência do componente onomástico **ildur** em F.17.5 e em F.20.3 (p. 76 e n. 34, p. 227); apenas **ilduR** está inequivocamente atestado na onomástica ibérica (Faria, 1995a, p. 82, 1995b, p. 327).

- Sobre o NP *Enneges* (p. 77, 131, 142, n. 42), v. Gorrochategui, 1993, p. 629.

- Talvez haja que identificar o segundo componente do NP **ena-tilaR** (C.1.5) com **tielar**, provável NP também proveniente de Ampurias (Santiago Álvarez, 1994, p. 221-222).

- Há que encarar **basibalcaR** como um NP segmentado em **basi-balcaR** (F.14.1), uma vez que o signo de sibilante utilizado não autoriza a identificação do primeiro componente com **baS** (p. 78, 163). **basi-beS** (G.1.5) e Βασιγερος (**basi-gere*), este último gravado no chumbo de Pech Maho (de Hoz, 1993, p. 658) (p. 241), constituem mais dois NNP que atestam a existência do elemento antroponímico **basi**. A estes há que juntar **basi-coR**, NP de muito recente publicação (Untermann, 1998, p. 12).

- Desconhecemos as razões que conduziram Quintanilla a omitir a última sílaba do NP **aiu-niCarbir** (G.14.1) (Faria, 1995b, p. 323), transcrevendo-a somente em nota (p. 79 e n. 48, p. 142).

- **celtibeles** (F.20.2, .3) é um NP que comporta o vulgar elemento antroponímico **beles**. O facto de estar documentado por várias vezes em dois textos não faz dele um substantivo comum (p. 80, n. 53, p. 155).

- O elemento antroponímico **tibeS** (p. 81), considerado por Quintanilla (p. 81), sem aduzir quaisquer provas, variante de **tibaS**, é detectável em **tibeS-dar** (H.1.1), **[bi]ur-tibeS** e em **tibeS-biR** (C.2.21) (Faria, 1995b, p. 328).

● Cremos que a defesa da existência do elemento antroponímico **ibeS** (p. 81, 118, 133, 138-139, 145) não dispõe de bases credíveis, sendo, pelo contrário, evidentes as provas da ocorrência de **beS** e de **ibei(s)** (Faria, 1995b, p. 328).

● Aos exemplos da utilização de **dar** evocados por Quintanilla (p. 82) devem juntar-se **tibeS-dar** (H.1.1), **dar-ira** (Faria, 1995b, p. 326) e **abar-dar** (F.13.2) (Silgo, 1994, p. 127-128; Faria, 1995b, p. 328).

● **Sacaliscer** (p. 84, 94, 175, 231, 240, 254, 264) pode estar por **Sacal** (Faria, 1994a, p. 53, n.º 327) e **Iscer** (Faria, 1994a, p. 46, n.º 193), nomes que assim identificariam dois magistrados diferentes (Beltrán Lloris, 1978, p. 207, n. 18).

● Ao contrário do que afirma Quintanilla (p. 86, 99, n. 34, p. 103, 117, 143, 144, 149, 231, 252), a sequência de sufixos **-CaTe** está ausente do chumbo de Mogente (G.7.2) (Faria, 1990-1991, p. 77, 79).

● Em vez de **Arr-anes** (p. 86), preferimos segmentar **Arranes** (TSall) em **Arran-es** (< **aran-eS*) ou **Arran-(n)es** (< **aran-(n)es*), atendendo às afinidades que se detectam entre este NP, **Arancisis** (gen.) (< **aran-ciS*) (HEp3, 1993, 363) e **aran-co-golo** (Velaza, 1991, p. 115, n.º 477; Silgo, 1994, p. 40) (Faria, 1994b, p. 69, 1995a, p. 79-80).

● Em C.1.6, preferimos ler **nabarsosin** em detrimento de **nalbesosin** (p. 87, 198) (Faria, 1994b, p. 67; Silgo, 1994, p. 205).

● A existência do NP **belencu** (Campmajó e Untermann, 1993, p. 508-509) autoriza a que se postule para **Belennes** (TSall) (p. 92, 143, n. 46, p. 203, 259) a seguinte segmentação: **Belen-nes** (Faria, 1993, p. 154).

● A assimilação da primeira vogal do segundo componente de **baise-(i)ldun** (F.20.1, .3) (p. 95, 132) verifica-se também em **aid(u)-iCe-(i)ldun** (G.15.1) (Faria, 1990-1991, p. 77, 82), **abu-(i)ldum** (D.3.1) e **ala-bu-(i)ldun** (Faria, 1990-1991, p. 77, 82, 1992-1993, p. 278). Outro caso de assimilação, desta vez incompleta, é observável no NP **nes-eldu-cu** (A.100.-8, -9) (Faria, 1991, p. 18, 1995a, p. 83-84).

● Apesar das dificuldades que uma tal transliteração coloca, em vez de **bigirtibaS** (F.9.2) (p. 96, 229, n. 27) pode ler-se **bigirtinS** (Faria, 1990-1991, p. 77, 84).

● O elemento antroponímico **agin** (p. 97) faz parte de **Enas-agin** (TSall), **beleS-agin** (F.9.7) e **agin-ir** (F.9.7) (Faria, 1994b, p. 70; Silgo, 1994, p. 26).

● **ageR**, que, na opinião de Quintanilla, é variante de **agir** (p. 97), faz parte do NP **sal-ageR** (Faria, 1994b, p. 70, 1995b, p. 328).

● Além de **beleS** e **bels** (p. 97), está também comprovada a existência do elemento antroponímico **bel**, incluído em **bel-ordin** (Fletcher Valls e Silgo Gauche, 1991-1993, p. 90), **bel-sosin** (F.20.3) e **bor-bel-ior** (C.2.3) (Faria, 1995b, p. 324).

● O segundo componente de **aibe-lor** (G.16.1) (p. 102, n. 50, p. 153 e n. 20) repete-se em **abu-lor-aun** (Mezquíriz Irujo, 1991-1992, p. 365-367), **lor-sur** (B.7.35) e **lor-saR** (B.7.36) (Faria, 1994b, p. 68; Silgo, 1994, p. 199).

● Tivemos recentemente a oportunidade de demonstrar que só o elemento **nes**, e não **neS** (p. 103-104, 198, 204), está documentado em ibérico (Faria, 1995b, p. 324). É possível que **taneS**, representado por duas vezes em C.10.1, faça parte do NP **Tannepaeseri** (dat.) (CIL II 5840) (< **tane(S)-baiseR*) (Faria, 1995b, p. 324), a despeito de Quintanilla encarar aquele NP como a latinização de **taneg-baiser** (p. 104, 204, 268, 282).

● Aos exemplos do uso do elemento **gere** (p. 105-106), falta acrescentar Βασίγερρος (**basi-gere*) (p. 241).

● Deixamos aqui uma lista de NNP que integram o sufixo **-co** (p. 111-112): **abo-co** (B.1.21), **aran-co-golo** (Velaza, 1991, p. 115, n.º 477), **bols-co** (C.4.1), **bon-co** (C.4.1), **tals-co** (F.11.14),

lecar-co (F.13.3, .7), **Sani-co** (F.20.3) e *Tolo-co* (CIL II 1389 e 3450). Alguma afinidade com este sufixo deverá ter **-cu**, em **belen-cu** (Campmajó e Untermann, 1993, p. 508-509), **tals-cu-bilos** (B.1.29) e **nes-eldu-cu** (A.100.-8, -9), sendo igualmente notórias as afinidades que **-co** partilha com **-gon**, em **ers-gon** (B.7.11, .12, .13), **ilbi-gon** (C.2.8), **gon-ildir** (G.16.5), **tautin-gon** (E.4.4) e Σεδε-γων (Lejeune, Pouilloux e Solier, 1988, p. 53) (Faria, 1994b, p. 68, 70, 1995a, p. 83).

● **girS-do** (C.21.1) e, possivelmente, *Elandus* (TSall) (**elan-do*) devem incluir-se entre os NNP que contêm o sufixo **-do** (p. 112). Não é de descartar que uma variante deste mesmo sufixo (ou outro muito semelhante) encerre o NP **CaRs-uri-tu** (A.100-3.) (Faria, 1995b, p. 326).

● São escassas as hipóteses da ocorrência do elemento nominal **baStog** (p. 114), sendo certo que **bastoCiSa** (A.6.12) (p. 114, n. 16) é má leitura por **etoCiSa**. Em compensação, há um NP que atesta **baSti – baSti-bilos** (H.1.1) – sendo pelo menos dois os que incluem **baStu: [ba]Stu-lai-adin** (G.14.2) (Faria, 1995b, p. 324, 327) e **baStu-baR** (Untermann, 1989, p. 40).

● Na eventualidade de a legenda **CuruCuruadin**, presente em moedas de **bersa** (A.30) (p. 224) – cidade que, à luz dos achados monetários, se deve situar em território hoje francês –, corresponder a dois NNP, estes serão certamente **CuruCuru** e **adin**, afigurando-se de todo descabida uma distinção entre **Curu** e **Curuadin** (p. 116).

● **boberon** (p. 118, 230) admite em alternativa a leitura **Coberon** ou **Coberoi** (G.7.2) (Faria, 1990-1991, p. 77, 1991, p. 18), não podendo o primeiro signo ser confundido com o segundo da legenda monetária **ipolca** (A.100) (p. 118, n. 28). Seja como for, se houver omissão de um signo antes da segunda labial, o mais natural é que o mesmo represente uma nasal em vez de uma vibrante; teríamos assim **bo(n)beron* ou **co(n)beron*. Tanto **bon** como **con** estão atestados na onomástica pessoal ibérica.

● O elemento antroponímico **bur** participa de **adin-bur** (B.7.34) e **culeS-bur** (B.7.35) (p. 118), mas também de **adi-bur** (H.3.1) (**adin-bur*), **alaS-bur** (B.7.34, .36) e **[I]eis-bur** (B.7.34) (Silgo, 1994, p. 94, 197; Faria, 1995b, p. 327).

● Aos exemplos do uso de **soR/SoR/suR/sur** evocados por Quintanilla (p. 118-119), há que adicionar **ban-SoR** (B.7.35), **baR-sur** (D.5.1), **bocal-SoR** (B.7.34) e **lor-sur** (B.7.35); em contrapartida, **Ce-nisor** (B.7.35) e **culeS-uri-a** (D.7.1) devem ser excluídos deste grupo (Faria, 1995b, p. 326).

● A **birlaCo** (F.9.2) (p. 123) deve preferir-se a leitura **biCelabo** (Faria, 1990-1991, p. 77, 84) ou **birlabo**, visto que o último silabograma deste NP é o mesmo que noutras inscrições vale por **bo**, homografia reconhecida por Untermann (*MLH* III, 1, p. 249), que, não obstante, o faz corresponder dubitativamente a **ko**.

● Além de figurar nos NNP mencionados por Quintanilla (p. 125), **unin** surge como segundo componente em *[V]resunin* (CIL II²/14(1) 438) (Silgo, 1994, p. 252; Faria, 1995b, p. 329). Por outro lado, não vislumbramos qualquer razão para que seja posta em causa a identificação de *Vninaunin* (CIL II 3302) com um NP.

● **Situbolai** (p. 135) é leitura que deve dar lugar a **Sibibolai** (Faria, 1990-1991, p. 74). Este NP conta com um paralelo, ao nível do componente inicial, em *Sibitta* (CIL II²/7 988). Não deve ser mera coincidência o facto de *Atitta*, nome do pai do supracitado *Vrchail*, ambos mencionados em CIL II 1087, comportar a mesma terminação que se detecta em *Sibitta*.

● *Sicae* (CIL II 169), considerado por Quintanilla como um componente onomástico ibérico (p. 136), não passa do genitivo (ou dativo) de *Sica*, nome pessoal feminino inscrito numa estela funerária achada na ermida de S. Pedro, Alter Pedroso, Alter do Chão (IRCP 631) (e não em Porto Alegre (sic)), (p. 136, n. 13, p. 140), cidade curiosamente localizada por Quintanilla em território tartéssico. Contra uma origem ibérica de *Sica* poderemos aduzir o patronímico *Maelo*,

claramente lusitano, e ainda o local de achamento — termo de Palência — da outra inscrição que, a par desta, documenta o NP *Sica*.

● Quintanilla segmenta o NP vascónico-aquitano *Torsteginno* em *Torste-gin-no*, mas cabe a possibilidade de a segmentação correcta ser *Tors-tegi-nno* (Gorrochategui, 1984, p. 281), *Tors-teginn-o* (Pérez Orozco, 1993a, p. 62) ou *Tors-tegin-no*.

● **beri-Cars** (D.3.1; F.6.1) é outro NP que principia por **beri** (p. 137).

● Não é só em **leis-tiger** (B.7.17) que se detecta o elemento **leis** (p. 138); este também está presente em **bilos-leis-tiger** (B.7.35), **leis-iR** (B.7.34), **leis-Car** (F.20.3) e **[I]eisbur** (B.7.34) (Silgo, 1994, p. 197; Faria, 1995b, p. 327).

● São muito fortes as probabilidades de, em detrimento de **duiduiscer** (C.22.1) (p. 141), poder ler-se **aiduiscer** (Faria, 1994b, p. 66).

● Em vez de se segmentar como **dueidi-Ce-ildun** (F.12.1) (p. 141, 156, 162), este NP deve segmentar-se do seguinte modo: **dueid(u)-iCe-ildun** (Faria, 1994b, p. 65).

● **Salbir-iaR** (Faria, 1990-1991, p. 77, 80, 87) é outro NP que, tal como **iaRiber** (E.13.1), **iscer-iaR** (G.15.1) e **lacer-eiar-Tur** (C.1.5) (p. 141), inclui o elemento **iaR**.

● O elemento onomástico **aun** (p. 143-144) está representado em **abu-lor-aun** (Mezquíriz Irujo, 1991-1992, p. 365-367), **aun-tigi** (A.4) e **au(n)-tigi** (Fletcher Valls e Silgo Gauche, 1991, p. 5).

● Em vez de **baide suisebartaS** (G.13.1) (p. 145, 236, 276), preferimos isolar o NP **uisebartaS** (Faria, 1994b, p. 68) precedido do morfema **baides** (MLH III, 1, p. 183, § 562).

● **leistiger**, seguido de **-aR-wi** (p. 150, n. 1), encontra-se apenas em B.7.17; em B.7.35, documenta-se **bilosleistiger**, sem quaisquer sufixos.

● **bodo-tigi** (F.9.5) (Faria, 1994b, p. 67) deve juntar-se aos NNP que contêm o elemento **tigi** (p. 151).

● **tigiR-ildir** (G.12.1) (Faria, 1994b, p. 68) documenta o uso de **tigiR** como primeiro elemento de NNP ibéricos (p. 151). É de admitir que o mesmo componente inicie **tigiR-sacar** (C.1.2) e **tigiR-seni** (F.11.10).

● Não nos parece provável que haja alguma haplologia em **[aba]rciS** (C.4.1.) (p. 152) atendendo ao signo de velar surda com que deparamos neste NP (Faria, 1995b, p. 323).

● Estamos convencidos de que apenas **aidu**, e não **aidi** (p. 155), existe como elemento antroponímico ibérico (Faria, 1994b, p. 66).

● **aidur** deve dar lugar a **aidurgi** (G.16.3, 4), que pode estar por **aidu-(a)rgi** (Faria, 1990-1991, p. 82) ou por **aidu-(u)rgi**. Insofismável é a existência de **aidurgi** em G.7.2 (Faria, 1990-1991, p. 77, 79, 82).

● **aidulCi** (p. 155) ou **aidulCe** (p. 231) é má leitura por **aiduleCu** (F.13.10) (Faria, 1994b, p. 66).

● Não consideramos provada a pertença de **CanCinai** (A.102-1., -2.) à antroponímia ibérica (p. 162). Por outro lado, é de admitir que **ganan(iCe)** (H.5.1) inclua o elemento antroponímico ibérico **gan** (p. 162, 199).

● **Sani-co** (F.20.3) testemunha a ocorrência do componente onomástico **Sani** (MLH III, 1, p. 204, § 614), pelo que o *i* que se lê entre *San* e *belser* em *Sanibelser* (TSall) (p. 163) deve pertencer ao primeiro elemento.

● Sendo numerosos os NNP ibéricos providos de elementos mono-silábicos (**ar**, **bon**, **bols**, **sor**, **bur**, etc.), o aparente acrescento de um *i* a alguns deles não pode ser explicado pela preocupação em manter a estrutura bi-silábica dos mesmos (p. 163).

● **edeiToR** (F.20.2), **Salcidei** (B.7.36), **cideiboRs** (F.20.1), **abarieicide** (F.6.1), **Sanibeir** (F.9.7) e **sorseider** (C.1.8) testemunham o emprego de *ei* por *e* (Faria, 1993, p. 156). Quintanilla menciona agora (p. 185) **abarieicide** (F.6.1) e **Sanibeir** (F.9.7), mas não o fez antes (Quintanilla,

1993, p. 734). Tão-pouco se referiu naquela ocasião à substituição de *i* por *ei* em **lacer-eiar(-Tur)** (C.1.5) (Faria, 1993, p. 156), mas fá-lo agora (p. 141, 186).

- Temos sérias dúvidas quanto à existência da sequência **-Cu egiaR** (p. 188, 225) (Faria, 1995a, p. 80).

- Quintanilla alude à existência de um elemento antroponímico **celti** (p. 196, n. 25), mas não nos revela em que NP o identificou.

- Sobre a realização gráfica das vibrantes nas escritas ibéricas, o estudo monográfico de Correa (1994) substituí com vantagem o que aqui escreveu Quintanilla (p. 234-244).

- Além dos testemunhos de nasal dental em posição inicial arrolados por Quintanilla (p. 198), podemos recordar os seguintes: **nisor** (B.7.35), **nisorbaR** (F.9.6), **noRobor** (B.7.34), **nanban** (G.7.2) e **neselducu** (A.100-8., -9.) (Faria, 1993, p. 157). De resto, basta este último NP para questionar a existência de **neS** em *Nesille* (TSall) (p. 198, n. 32) (Faria, 1995b, p. 324).

- **adi-bur** (H.3.1) (**adin-bur*) (Faria, 1990-1991, p. 75, 83) é mais um NP que exemplifica a não-representação da nasal antes da bilabial sonora (p. 201).

- Estamos convencidos de que **abarilduR**, legenda monetária interpretada por Quintanilla como topónimo (p. 222), constitui um NP (Beltrán, 1964, p. 25; Albertos, 1966, p. 2; Tovar, 1979, p. 479, n. 2; Faria, 1994a, p. 37, n.º 6).

- **ilberir** (p. 222, 225) deve dar lugar a **ildurir** (A.99).

- Quintanilla evoca a existência do elemento antroponímico **turCi** (p. 223, n. 6); porém, não conhecemos nenhum exemplo da sua utilização.

- **arsabaS** (A.6.03), que, segundo Quintanilla (p. 224), é um topónimo, deve ser considerado um NP (Faria, 1994b, p. 39, n.º 52).

- **aRseetarCiTa**, **SaitiCiTaR** e **aRsaCisCueCiaR** (p. 224-225) são legendas monetárias até agora inexistentes.

- **abarildu**, a existir (p. 225), deve ser abreviação do NP **abarilduR** (A.27).

- É curioso verificar que Quintanilla, ao alicerçar a maior parte do seu livro na observância do princípio, ainda por demonstrar, de que as oscilações vocálicas detectáveis entre determinados morfos não implicam diferentes significados, mostre alguma renitência em aceitar que **tiger** constitua uma variante dialectal de **tigeR** (ou vice-versa) (p. 226), qualificando de incoerência o uso de diferentes vibrantes em áreas geograficamente distantes (Faria, 1994a, p. 65).

- É de admitir uma diferenciação entre **iscer** e **isCe**, estando este último elemento antroponímico consignado não só em **isCeildun** (F.21.1) (p. 228), mas também em **isCenius** (F. 9.8), **isCeunir** (G.17.1) (Faria, 1990-1991, p. 76, 86) e em **isCeaSco** (Fletcher Valls e Gisbert, 1994, p. 349).

- **beitigebaTiR** (p. 230) deve dar lugar a **ibeitigebaTiR** (C.4.1).

- A transliteração **oTiroCeTa** (p. 238) deve ser preterida em favor de **oTeroCeta** (G.15.1).

- Tanto quanto sabemos, a grafia *Illiturgi* não está documentada (p. 248), facto que colide com a explicação subscrita por Quintanilla para a representação de laterais geminadas em latim; o componente inicial deste topónimo apresenta somente as seguintes variantes *Ildi*-, *Ili*- e *Ilu*-.

- **belagaSikaur** (G.1.1) (p. 251, n. 18) pode muito bem constituir um NP, segmentável em **bel-agaS-(ik)-aur**. O primeiro e o último elementos estão documentados por mais de uma vez, enquanto **agaS** está somente reproduzido em **agaS-tiger** (C.1.6).

- É sabido que o grupo gráfico **-ld-** dos morfemas indígenas **ildir** e **ildun** é transliterado em latim como *-ll-* e *-l-*, mas também como *-ld-* (e.g., *Ilditurgense* (CNH 360:5)), fenómeno que Quintanilla omitiu (p. 252-253, 274 e n. 59). É aquele grupo consonântico que ocorre em *Salduuia* e em **galun** (E.10.1) (p. 248, n. 4), servindo este último NP de prova de que já em ibérico /ld/ alternava com /l/ (Faria, 1994a, p. 69-70).

●Do nosso ponto de vista, Quintanilla enganou-se ao postular que “[e]n escritura latina no hay casos de ensordecimiento de la oclusiva labial tras lateral” (p. 253); há pelo menos um caso comprovativo daquele tipo de ensurdecimento: *Salpa* (abl.) (Faria, 1994a, p. 70, 1995b, p. 328).

●Não é provável que o primeiro componente de *Bodonilur* (CIL II 2114) se relacione com o segmento inicial de **bodilcoS** (A.100-10., -11.) (p. 270), dada a dificuldade em incluir este último NP na antroponímia ibérica. Mais verosímil é a afinidade entre *Bodon-* e os NNP **bodo-taS** (F.9.5, .6, .7) e **bodo-tigi** (F.9.5), não sendo igualmente de excluir que aquele se relacione com *Bodo*, *cognomen* de dois magistrados de *Lascuta* (Faria, 1995a, p. 81). Em contrapartida, **oto-ildir** (F.21.1) nada deve ter que ver com *Bodon* (p. 270), sobretudo se for correcta a ligação que estabelecemos entre aquele NP e o “étnico” **otobeScen** (Faria, 1995b, p. 327).

●*Geselanden* (HEp 5, 1995, 636) (Faria, 1995a, p. 81-82), *gan-ik-bos* (G.13.1) (p. 162) e **Golo[n?]biur** (p. 117, 145) constituem mais três NNP ibéricos conhecidos em textos alfabéticos que principiam por velar sonora (p. 279). A nasal que restituímos hipoteticamente em **Golo[n?]biur** deve-se à analogia que pode ser estabelecida entre **Golo[.]** e **golon**, nome de um magistrado de *Obulco* (A.100-12.) (Faria, 1995a, p. 82).

Dando por terminados os nossos comentários, fazemos votos para que Alberto Quintanilla continue a colocar os seus vastos recursos de investigador ao serviço da língua ibérica com a perspicácia que evidenciou neste livro.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTOS, M.^a de L. (1966) - *La onomástica personal primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*. Salamanca : Universidad.
- BELTRÁN, A. (1964) - Sobre el rótulo *ilduradin* en una estampilla de Azaila (Teruel). *Caesaraugusta*. Zaragoza. 21-22, p. 19-45.
- BELTRÁN LLORIS, F. (1978) - Los magistrados monetales en Hispania. *Numisma*. Madrid. 150-155, p. 169-211.
- CAMPMAIÓ, P. ; UNTERMANN, J. (1993) - Les influences ibériques dans la Haute Montagne Catalane: le cas de la Cerdagne. In UNTERMANN, J. ; VILLAR, F. (eds.) - *Lengua y cultura en la Hispania prerromana. Actas del V Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Colonia, 25-28 de Noviembre de 1989)*. Salamanca : Universidad, p. 499-520.
- CIL II = HÜBNER, E. (1869) - *Corpus inscriptionum Latinarum, II*. Berlin : Georg Reimer.
- CIL II²/7 = STYLOW, A. U. ; GONZÁLEZ ROMÁN, C. ; ALFÖLDY, G. (1995) - *Corpus inscriptionum Latinarum, II. Editio altera. Pars VII: conuentus Cordubensis (CIL IP/7)*. Berlin-New York : Walter de Gruyter.
- CIL II²/14 (1) = ALFÖLDY, G [et al.] (1995) - *Corpus inscriptionum Latinarum, II. Editio altera. Pars XIV: conuentus Tarraconensis. Fasc. I: Pars meridionalis conuentus Tarraconensis*. Berlin-New York : Walter de Gruyter.
- CNH = VILLARONGA, L. (1994) - *Corpus nummum Hispaniae ante Augusti aetatem*. Madrid : José A. Herrero, S. A.
- CORREA, J. A. (1992) - Representación gráfica de la oposición de sonoridad en las oclusivas ibéricas (semisilabario levantino). *AIQN*. Napoli. 14, p. 253-291.
- CORREA, J. A. (1993) - [Recensão a] J. UNTERMANN, Monumenta linguarum Hispanicarum. Band III. Die iberische Inschriften aus Spanien. I. Literaturverzeichnis, Einleitung, Indices. 2. Die Inschriften, Wiesbaden, Dr. Ludwig Reichert Verlag, 1990, 339 + 661 pp. *Habis*. Sevilla. 24, p. 328-332.
- CORREA, J. A. (1994) - La transcripción de las vibrantes de la escritura paleo-hispánica. *Archivo de Prehistoria Levantina*. Valencia. 21, p. 337-341.
- FARIA, A. M. de (1990-1991) - Antroponímicos em inscrições hispánicas meridionais. *Portugalia*. Porto. Nova série. 11-12, p. 73-88.
- FARIA, A. M. de (1991) - Epigrafia monetária meridional. *Conimbriga*. Coimbra. 30, p. 13-22.
- FARIA, A. M. de (1992) - Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal. *Vipasca*. Aljustrel. 1, p. 39-48.
- FARIA, A. M. de (1992-1993) - Notas a algumas inscrições ibéricas recentemente publicadas. *Portugalia*. Porto. Nova série. 13-14, p. 277-279.

- FARIA, A. M. de (1993) - A propósito do V Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica. *Penélope*. Lisboa. 12, p. 145-161.
- FARIA, A. M. de (1994a) - Nomes de magistrados em moedas hispánicas. *Portugalia*. Porto. Nova série. 15, p. 33-60.
- FARIA, A. M. de (1994b) - Subsídios para o estudo da antroponímia ibérica. *Vipasca*. Aljustrel. 3, p. 65-71.
- FARIA, A. M. de (1995a) - Novas achegas para o estudo da onomástica ibérica e turdetana. *Vipasca*. Aljustrel. 4, p. 79-88.
- FARIA, A. M. de (1995b) - Algumas notas de onomástica ibérica. *Portugalia*. Porto. Nova série. 16, p. 323-330.
- FARIA, A. M. de (1997) - Apontamentos sobre onomástica paleo-hispânica. *Vipasca*. Aljustrel. 6, p. 105-114.
- FLETCHER VALLS, D. ; GISBERT, J. A. (1994) - Hallazgo de una inscripción ibérica en el Camí del Molí (Terrateig, La Vall d'Albaida). *Archivo de Prehistoria Levantina*. Valencia. 21, p. 343-353.
- FLETCHER VALLS, D. ; SILGO GAUCHE, L. (1991) - Plomo ibérico, en escritura jonia, procedente de Sagunto. *Arse*. Sagunto. 26, p. 1-6.
- FLETCHER VALLS, D. ; SILGO GAUCHE, L. (1991-1993) - Notas sobre un plomo ibérico de procedencia desconocida. *Acta Numismática*. Barcelona. 21-23, p. 89-92.
- GIL FARRÉS, O. (1956) - Consideraciones sobre los epígrafes monetarios en caracteres ibéricos. *Numario Hispánico*. Madrid. 5:9, p. 5-46.
- GÓMEZ-MORENO, M. (1949) - *Misceláneas. Historia-arte-arqueología*. Madrid : Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- GORROCHATEGUI, J. (1984) - *Estudio sobre la onomástica indígena de Aquitania*. Bilbao : Universidad del País Vasco.
- GORROCHATEGUI, J. (1993) - La onomástica aquitana y su relación con la ibérica. In UNTERMANN, J. ; VILLAR, F. (eds.) - *Lengua y cultura en la Hispania prerromana. Actas del V Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Colonia, 25-28 de Noviembre de 1989)*. Salamanca : Universidad, p. 609-634.
- HEp* = *Hispania Epigraphica*. Madrid.
- DE HOZ, J. (1981) - Algunas precisiones sobre textos metrológicos ibéricos. *Archivo de Prehistoria Levantina*. Valencia. 16, p. 475-486.
- DE HOZ, J. (1993) - La lengua y la escritura ibéricas, y las lenguas de los iberos, In UNTERMANN, J. ; VILLAR, F. (eds.) - *Lengua y cultura en la Hispania prerromana. Actas del V Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Colonia, 25-28 de Noviembre de 1989)*. Salamanca : Universidad, p. 635-666.
- IRCP* = ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) - *Inscrições romanas do conventus Pacensis*. Coimbra : Universidade.
- LEJEUNE, M. ; POUILLOUX, J. ; SOLIER, Y. (1988) - Etrusque et ionien archaïques sur un plomb de Pech Maho (Aude). *Revue Archéologique de Narbonnaise*. Montpellier. 21, p. 19-59.
- MEZQUÍRIZ IRUJO, M. A. (1991-1992) - Pavimento de "Opus signinum" con inscripción ibérica en Andelos. *Trabajos de Arqueología Navarra*. Pamplona. 10, p. 365-367.
- MLH III* = UNTERMANN, J. (1990) - *Monumenta linguarum Hispanicarum. Band III: Die iberischen Inschriften aus Spanien*. Wiesbaden : Dr. Ludwig Reichert.
- PÉREZ OROZCO, S. (1993a) - Notas sobre onomástica ibérica. *Fontes Linguae Vasconum*. Pamplona. 25:1 (62), p. 61-67.
- PÉREZ OROZCO, S. (1993b) - Observaciones sobre los sufijos ibéricos. *Fontes Linguae Vasconum*. Pamplona. 25:2 (63), p. 221-229.
- QUINTANILLA, A. (1993) - Sobre el vocalismo de la lengua ibérica. In UNTERMANN, J. ; VILLAR, F. (eds.) - *Lengua y cultura en la Hispania prerromana. Actas del V coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Colonia, 25-28 de Noviembre de 1989)*. Salamanca : Universidad, p. 727-737.
- SANTIAGO ÁLVAREZ, R. (1994) - Presencia ibérica en las inscripciones griegas recientemente recuperadas en Ampurias y en Pech Mahó. In *Iberos y Griegos : lecturas desde la diversidad. Simposio internacional celebrado en Ampurias, 3 al 5 de abril de 1991 (Huelva Arqueológica)*. Huelva. 13:2, p. 217-230.
- SILGO GAUCHE, L. (1994) - *Léxico ibérico*. Valencia : Real Academia de Cultura Valenciana.
- TOVAR, A. (1979) - Notas lingüísticas sobre monedas ibéricas. In TOVAR, A. [et al.] - *Actas del II Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Tübingen, 17-19 junio 1976)*. Salamanca : Universidad, p. 473-489.
- UNTERMANN, J. (1989) - Nova inscripció ibérica sobre plom, procedent del país dels Ilergetes. *Acta Numismática*. Barcelona. 19, p. 39-44.
- UNTERMANN, J. (1998) - Comentario sobre una lámina de plomo con inscripción ibérica de la colección D. Ricardo Marsal, Madrid. *Habis*. Sevilla. 29, p. 7-21.
- VELAZA, J. (1991) - *Léxico de inscripciones ibéricas (1976-1989)*. Barcelona : Universidad (Aurea Saecula ; 4).

ALFARO ASINS, C. ; ARÉVALO GONZÁLEZ, A. ; CAMPO DÍAZ, M. ; CHAVES TRISTÁN, F. ; DOMÍNGUEZ MONEDERO, A. ; RIPOLLÈS ALEGRE, P.P. - Historia monetaria de Hispania antigua. Madrid : Jesus Vico, S.A. Editores, 1998. 441 p. ISBN 84-8571117-3.

O livro de que nos vamos ocupar tem como autores alguns dos nomes mais prestigiados da numismática espanhola, mas tal circunstância não o torna naturalmente imune a reparos que, estamos certos, os investigadores envolvidos não deixarão de aceitar, ao menos em parte.

A historiografia da numismática hispânica da antiguidade constitui, a par da explicação acerca dos objectivos pretendidos com a publicação desta obra, o conteúdo de uma pequena introdução (p. 11-16).

O capítulo I, da autoria de Marta Campo, é consagrado aos primeiros tempos das cunhagens monetárias na Península, que tiveram como principal protagonista a colónia grega de *Emporion* (p. 19-49).

Das emissões fenício-púnicas ocupa-se Carmen Alfaro no capítulo II (p. 50-115) retomando o tema de valiosos trabalhos seus publicados nas duas últimas décadas.

No capítulo seguinte, também Almudena Domínguez incide a sua atenção num tema que conhece bem: as cunhagens ibéricas e celtibéricas da *Hispania Citerior* (p. 116-193).

Mais reduzido, mas nem por isso menos polémico, é o estudo de Alicia Arévalo, que corresponde ao capítulo IV (p. 194-232). Como veremos, é desde logo discutível o título escolhido para o mencionado capítulo: as cunhagens ibéricas meridionais, turdetanas e de *Salacia* na *Hispania Ulterior*.

O livro prossegue com um capítulo de Francisca Chaves, o mais extenso de todos (p. 233-317), consagrado ao estudo das cunhagens latinas da *Ulterior*, assunto que tem merecido desta autora numerosos trabalhos de valor inquestionável.

O capítulo VI encontra-se dividido em duas partes, a primeira, respeitante à moeda de bronze romano-republicana de produção peninsular (p. 318-325), elaborada por Alicia Arévalo, sendo o segundo subcapítulo, assinado por Marta Campo, atinente às amoedações militares da época republicana (p. 325-334).

O último capítulo, subscrito por Pere Pau Ripollès, diz respeito às cunhagens hispano-romanas produzidas entre a morte de César e o final do reinado de Cláudio.

Segue-se uma bibliografia arrumada por temas (p. 399-418) que, inexplicavelmente, nem sempre correspondem aos nomes dos capítulos, circunstância que torna ainda mais ingrata a tarefa dos leitores que não são especialistas na matéria, afinal a quem o livro teoricamente é dirigido. Cremos que é aqui que reside o grande equívoco desta obra: ela não é destinada a estudiosos, que preferem recorrer a trabalhos monográficos providos de fontes bibliográficas citadas nos lugares e nos momentos adequados; tão-pouco pode ser a mesma considerada como de divulgação, porquanto os assuntos nela tratados foram alvo de uma abordagem de tal modo aprofundada que não podia dispensar o emprego de notas bibliográficas susceptíveis não só de desenvolver e complementar argumentos, mas, também, de identificar os autores de determinadas teses e afirmações. Estamos convencidos de que é a partir de uma opção editorial metodologicamente errada que se vão gerar numerosas imprecisões e distrações, próprias de quem não teve de verificar e conferir *pari passu* a exactidão da bibliografia consultada por não se ter visto na necessidade de a citar.

Precedem os índices (p. 433-441) dois apêndices, um com a relação das cecas peninsulares e sua actual localização, exacta ou aproximada (p. 419-422), sendo o outro composto por uma lista de nomes pessoais inscritos nas moedas hispânicas (p. 422-432).

Além do que atrás ficou dito relativamente à metodologia adoptada neste livro, enumeremos de seguida os pontos que nos suscitam reparos de âmbito genérico.

É notória em todos os autores uma sobrevalorização da metrologia enquanto método de datação de emissões monetárias hispânicas. Ainda que a espaços se assista a uma tímida crítica, por parte de alguns dos autores envolvidos, dos resultados, tantas vezes ilegítimos, a que o estudo dos pesos das moedas conduz (p. 26, 53, 68, 163, 204, 234, 252, 257, 263, 368-369), a regra seguida consiste em atribuir à análise ponderal um significado em termos cronológicos que ela de facto não possui. Exemplificando, ao contrário do que tem sido vulgarmente defendido, não é automática a correspondência metrológica entre as moedas hispânicas e as romano-republicanas.

Outra das questões que merecem ser reequacionadas concerne a quantificação da produção monetária, merecedora de várias páginas (p. 70-71, 87, 372-374), nas quais não se descortinam grandes reservas quanto à validade do método usado. Não obstante vir mencionado na bibliografia (p. 413), não encontramos ao longo do livro qualquer alusão ao artigo de Buttrey (1994), sugestivamente intitulado “Calculating ancient coin production II : Why it cannot be done”.

Falta ainda dar conta do cepticismo que nos merecem as análises da distribuição das emissões monetárias, ilustradas por diversos mapas (2, 4-10, 14-17, 19-24 e 26). Não pode, hoje em dia, ser avaliado o grau de distorção que tais mapas apresentam, mercê da acção destruidora dos utilizadores de detectores de metais, que, nas últimas duas décadas, retiraram, através das suas pesquisas clandestinas, a maior parte da credibilidade que já foi atribuída aos estudos sobre circulação monetária relativos à Península Ibérica. Cremos, pois, que se impõe uma reavaliação da importância que neste e em muitos outros estudos tem sido conferida aos achados monetários na definição das chamadas áreas de circulação, já que a maioria daqueles foi, é e continuará a ser sonegada à investigação ante a indiferença até há pouco tempo manifestada pelas entidades legalmente incumbidas de zelar pelo património.

Consignadas estas observações de carácter mais geral, valerá a pena agora incidirmos a nossa atenção em aspectos particulares que respeitam praticamente a todas as contribuições:

- Os rasgados elogios que na introdução são dirigidos à obra de Antonio Delgado (p. 11) devem ser matizados com as observações que A. Vives (1926, p. CXLV-CLXVII) registou sobre este autor. Recorde-se que aquele numismata andaluz contou com a colaboração de outros estudiosos, tais como Francisco Mateos Gago e Manuel Rodríguez de Berlanga, facto que, sendo mencionado pelo mesmo Vives (1926, p. XXVIII, n. 1), foi, nas páginas em questão, passado em claro. Por outro lado, não deixa de ser estranho o silêncio a que nesta ocasião foram votados os nomes de Aloïss Heiss e Jacobo Zobel de Zangroniz, não sendo aquele sequer citado na bibliografia geral (p. 399). Ainda no que toca ao conteúdo da introdução, declaram os autores que acharam conveniente recolher todas as moedas produzidas em solo hispânico (p. 13), mas tal desiderato está longe de ter sido cumprido, faltando inclusive nesta obra algumas cecas que emitiram no período cronológico considerado (v. *infra*).

- São a nosso ver bastante frágeis os argumentos que têm sido evocados no sentido de atribuir as primeiras emissões de **caStilo** à Segunda Guerra Púnica (p. 40), atendendo ao sistema de escrita empregue nesta ceca.

- Não é nada seguro que tanto **orose** como **CerTeCunTe** sejam nomes de povos ou de cecas; em contrapartida, é certo que **olosordin** corresponde a um nome pessoal ibérico (p. 43).

- Além das cecas citadas (p. 57-58), também *Salacia* contramarcou moedas com a figura de um golfinho (Faria, 1991-1992, p. 7 e Est. I).

- A queda de Cartago dá-se em 146 a.C., e não em 164 a.C. (p. 60).
- Nos mapas das p. 79 (dispersão das moedas hispano-cartaginesas) e 96 (dispersão das moedas de *Malaca*), faltam os dados já publicados relativos ao território português (Faria, 1984-1985, p. 40-41, 1987, p. 60; Ruivo, 1997, p. 95, n. 18, 19).
- No mapa da p. 92 (dispersão das moedas de *Gadir*), Serpa figura erradamente na margem direita do Guadiana.
- Tanto os pontos 20 (Miróbriga), 21 (Évora) e 22 (Cáceres) do mapa ilustrado na p. 99 (dispersão das moedas de *Seks*) como os pontos 3 (Évora) e 4 (Badajoz) do mapa ilustrado na p. 101 (dispersão das moedas de *Abdera*) necessitam de ser relocalizados.
- Na descrição da moeda de *Abdera* reproduzida na Fig. 74 (p. 102), não é mencionado o facto de a legenda neopúnica gravada no tímpano do templo ilustrado no respectivo reverso se encontrar em posição invertida relativamente à legenda toponímica que ostenta a moeda da Fig. 73 (p. 101).
- Não parece fazer grande sentido que os habitantes das cidades-cecas “libio-fenícias” fossem tropas do exército bárcida trazidas do Norte de África (p. 106). Na verdade, dificilmente os Romanos autorizariam uma instalação em massa de tropas inimigas, para mais num território que aqueles ainda não dominavam na sua totalidade (Chaves Tristán e García Vargas, 1991, p. 153).
- Não é certa a existência, na época de Augusto ou em qualquer outro momento, da *Colonia Caesarina A. Asido* (p. 107) (Mayer, 1989, p. 314).
- O nome A IRTHI parece fazer parte do próprio cunho das moedas de *Lascuta*, ao passo que GISCO é contramarca aplicada em moedas daquela ceca (p. 108).
- O livro de Hübner dedicado às línguas paleo-hispânicas intitula-se *Monumenta Linguae Ibericae*, e não *Corpus Linguae Ibericae* (p. 119).
- Só o primeiro volume dos *Monumenta Linguarum Hispanicarum*, de J. Untermann, é consagrado ao estudo das legendas monetárias (p. 120).
- Não se compreende que os “suessetanos, junto com los berones y celtiberos, eran poblaciones célticas pero lingüísticamente vinculadas a los iberos” (p. 122). Referir-se-á a autora à utilização por parte de povos celtas do sistema semi-silábico ibérico?
- Não é certo que *Emporia(e)* tenha alcançado o estatuto municipal com Augusto entre 27 e 25 a.C. (p. 125), sendo mais provável que tal categoria lhe tenha sido outorgada antes de 36 a.C. (Abascal, 1996, p. 259-260).
- **Saiti** é abreviatura de **Sait(ab)i** (p. 131, 133-134).
- **sedeisCen** deriva do topónimo ***sedei**, e não de ***sedeis** (p. 143) (Faria, 1993, p. 147).
- O nome pré-romano de Zaragoza transmitido por Plínio era *Saldubia*, e não *Salduba* (p. 144).
- *Cascantum* nunca terá sido município de direito latino (p. 150) (Faria, 1995b, p. 94-95).
- **bersa** constitui o nome da ceca, hoje presumivelmente em território francês, onde foram cunhadas as moedas assinadas pelo magistrado **Curucuruadin** (p. 157, 170, 177), ideia que é defendida com alguma hesitação na p. 158.
- Não nos parece possível provar a existência de alguma relação entre os sufixos de *Bilbilis*, *Myrtilis*, *Sacilis* e *Intibilis*, nem, tão-pouco, que este último topónimo designe uma cidade do Sudoeste (p. 180). Do mesmo modo, qualquer assimilação entre o segundo elemento de *Calagurris* e o de *Ocuris* e *Gracurris* (p. 180) afigura-se-nos infundada.
- A distinção entre escrita turdetana e ibérica meridional parece-nos perfeitamente destituída de fundamento (p. 194); por outro lado, é quase certo que a legenda toponímica das moedas de Alcácer do Sal – cuja leitura não é, seguramente, **ketouibon** – pertence igualmente ao semi-silabário meridional ou do SE.

● Não conhecemos quaisquer provas irrefutáveis da emissão de moedas de **caStilo** durante a ocupação púnica do sul da Península (p. 198).

● **ildiraCa** é transliteração que o próprio J. Untermann, o investigador que a propôs num primeiro momento (*MLHI*, 1, p. 329), já deixou de subscrever (p. 203).

● A nosso ver, **ilbirir**, leitura que J. de Hoz propôs para a legenda monetária **ildurir**, não possui grande consistência (p. 205), pois dificilmente aquela daria *Iliberris* em latim. **ildurir** deverá, do nosso ponto de vista, ser a abreviação de **ildu(be)rir** (Faria, 1995a, p. 82).

● Nada há de concreto que nos leve a acreditar ter *Obulco* iniciado as respectivas cunhagens logo no século III a.C. (p. 208).

● Relacionar uma alegada redução de pesos das moedas de *Obulco* com as reformas administrativas conduzidas por Catão parece-nos pura especulação (p. 209).

● O nome completo e oficial de *Salacia* é o que vem nas moedas: *Imperatoria Salacia*, e não *Salacia Vrbs Imperatoria* (p. 214).

● O Professor Untermann já deixou de transliterar a legenda indígena das moedas de Alcácer como **ketouibon**, pelo que é descabido insistir numa tal leitura (p. 214).

● A nossa proposta no sentido de incluir as moedas com o hipocampo entre as mais antigas de **Beuipo* (p. 215) foi por nós posteriormente rectificadas (Faria, 1995c, p. 145).

● *Iulia* é certamente erro por *Vlia* (p. 218).

● Defender que, em **Beuipo*, as inequívocas efígies de Neptuno e Hércules representam uma só deus púnico, Melkart (p. 223), é subverter a lógica subjacente a tudo o que até agora foi dito sobre a iconografia das divindades púnicas. Além do mais, resta saber o que se faz da cabeça de Júpiter, ilustrada noutras moedas de **Beuipo* que ostentam atuns nos reversos. Tratar-se-á de uma terceira representação de Melkart? A nosso ver, é conveniente neste caso usar de alguma prudência. O mais natural é que as ditas efígies remetam para as divindades que efectivamente representam: Neptuno, Hércules e Júpiter (Faria, 1992, p. 41-43).

● A transcrição dos signos meridionais apresentada no quadro 10 (p. 225) enferma de numerosas e inexplicáveis deficiências que não é oportuno agora discutir. É pena que na elaboração deste quadro não tenham sido levadas em conta as propostas de transcrição por nós apresentadas (Faria, 1990-1991, p. 78).

● A terminação em *-i* dos *nomina* romanos que se observa em diversas emissões monetárias hispano-romanas mais não é do que a abreviação dos mesmos (p. 227) (Faria, 1994b, p. 36-37).

● Não faz muito sentido afirmar-se que **ipolca** “desembocaria en la forma ibérica *Obulco*” (p. 238), uma vez que esta última grafia só é conhecida em caracteres latinos.

● O ponto 16 (Santana da Carnota, Alenquer) do mapa da p. 246 (distribuição dos tesouros sertorianos) deve ser realocado.

● Não há qualquer prova de que alguma vez *Brutobriga* tenha recebido estatuto privilegiado (p. 251).

● O *cognomen* de *Vlia* é *Fidentia*, e não *Fabia Fidentia* (p. 255). Curiosamente, Castillo (1986, p. 379) confere a esta cidade o sobrenome *Faudentia*, erro que não foi objecto de emenda na recentemente editada colectânea de estudos da referida investigadora (Castillo, 1997, p. 214).

● Não restam quaisquer dúvidas de que as moedas com a legenda toponímica *Cilpes* (e não *Cilpe*) foram batidas no local onde hoje se situa Silves (e não Silpes) ou nas imediações desta cidade (p. 267) (Faria, 1995c, p. 146, 1997a, p. 364-365).

● Já antes de Ripollès, as efígies representadas nas emissões de *Osse(t)*, *Irippa* e *Laelia* haviam sido atribuídas a Octaviano/Augusto (p. 274, 275, 277) (Faria, 1989, p. 108-109).

● Não há nenhuma razão para crer na existência de duas emissões de *Dipo*, uma do século II a.C. e outra de finais do século I a.C. (p. 281). Todas as moedas de *Dipo* apresentam um estilo

indistinto, de tal modo grosseiro que deve ser obra de um só “artista”. De facto, na hipótese de a ceca de *Dipo* ter funcionado por duas vezes com um hiato de várias dezenas de anos, seria absurdo que, da segunda vez, fossem requisitados os serviços de um *sculptor* tão mau como o primeiro, gravando exactamente a mesma tipologia. O pouco cuidado posto nesta emissão explica a grande disparidade de pesos, obedecendo a esta mesma causa a grande diferença ponderal observada nos quadrantes de *Corduba* (p. 257). É certo que uma moeda de *Dipo* foi cunhada sobre outra de *Castulo* pertencente à emissão “rapto de Europa” (confundida por Ripollès (1994-1995, p. 204) com uma peça com a legenda **undigesCen**), a mesma tipologia que encontramos no denário de *L. Volteius Strabo* (RRC 377/1) datado de 81 a.C.; porém, também Vives (1924, 3, p. 27) apresentou o denário de *L. Aurelius Cota* (RRC 314/1) como protótipo das conhecidas moedas de *Malaca* e hoje sabemos que estas são anteriores àquele.

- Jamais propusemos (nem proporemos) que as moedas com legenda SIRPENS[E?] terão sido cunhadas em *Ilipa* (p. 281).

- Esperemos que a recunhagem de uma moeda de *Carmo* sobre outra de *Murtili* (p. 282, 302) seja devidamente publicada, para assim podermos rectificar a teoria por nós adoptada, segundo a qual as moedas desta última ceca assinadas por L AP DEC foram batidas durante as Guerras Sertorianas (Faria, 1995c, p. 148).

- Não se conhecem quaisquer argumentos susceptíveis de provar a localização de *Brutobriga* entre Santarém e Abrantes ou no Algarve (p. 282), sendo igualmente especulativa a atribuição das cunhagens daquela ceca aos anos 30 do século I a.C. Os achados monetários permitem que se situe *Brutobriga* em Cerro Botija (Villanueva de la Serena, Badajoz) (CNH, p. 401), ao passo que o estilo dos numismas sugere que os mesmos não devem ser posteriores a meados do século I a.C.

- *Cunubaria*, e não *Cunbaria* (p. 290) ou *Cumbaria* (p. 299, 421), é a leitura correcta deste topónimo indígena da *Vlterior*.

- Afigura-se-nos mais provável que, de acordo com uma sugestão apresentada pelo Professor Francisco Villar (carta de 97-07-15), ANAIPORA seja a leitura correcta da legenda monetária aqui lida como AIBORA (p. 190).

- Não nos parece correcto apelidar de “étnicos” os adjectivos toponímicos que se encontram, por exemplo, nas moedas de *Oripo* e *Ilipa* (v. também p. 254): ORIPENSE e ILIPENSE (p. 306). Tão-pouco é certo que se deva desdobrar CELTITAN e VRSONE em, respectivamente, CELTITAN(*ĭ*) e VRSONE(*nse*). Efectivamente, os outros exemplos aduzidos levam-nos a crer que, no que toca ao primeiro caso, CELTITAN(*um*) (adj. nom. sg. n.) é o desdobramento mais provável (Jacob, 1986, p. 277); quanto a VRSONE, é possível que se trate de um abl. sg. (de Hoz, 1995, p. 275). ILITVRGENSE, outro dos testemunhos evocados, é legenda monetária inexistente. Conhece-se somente o letreiro ILDITUR-ESNEG (p. 254), constituindo a segunda parte do mesmo um provável erro de gravação por parte de um inexperiente *sculptor*, não havendo, por conseguinte, necessidade de fazer derivar esta anomalia de uma eventual influência de escritas indígenas (p. 306), até porque os caracteres foram gravados em posição dextrorsa.

- Sobre a datação da emissão de LENT CVR X F(L), aqui atribuída aos anos 76-75 a.C. (p. 329), v. Mattingly, 1995, p. 104-105.

- Não podemos deixar de estranhar que a emissão de denários de Sexto Pompeio com a *Pietas* no reverso não tenha sido objecto de uma simples menção ao serem tratadas as cunhagens coetâneas da guerra entre César e os filhos de Cn. Pompeio Magno (p. 332-333).

- Já no capítulo respeitante às cunhagens cívicas da Península Ibérica, importa ter presente que não há documentação numismática que caucione os títulos de *Municipium Liberalitas Iulia*

Ebora (p. 339), *Colonia Pax Iulia* (p. 340) e *Municipium Salacia Imperatoria* (p. 340). À luz do que sabemos sobre as moedas cunhadas nestas cecas, tais designações deverão dar lugar, respectivamente, a *Liberalitas Iulia Ebora*, *Pax Iulia* e *Imperatoria Salacia*. Também *Baessuri(s)* (p. 340) é nome que deve ser substituído por *Baesuri(s)*. Outras titulaturas que não têm correspondência nas moedas são: *Municipium Iulia Constantia Osset* (p. 341), *Colonia Hispalis Romula* (p. 343), *Colonia Iulia Traducta* (p. 344), *Colonia Carteia* (p. 344), *Sexi Firmum Iulium* (p. 345), *Corduba Colonia Patricia* (p. 345), *Colonia Gemella Acci* (p. 346), *Colonia Valentia* (p. 348), *Colonia Iulia Vrbs Triumphalis Tarraco* (p. 349), *Municipium Clunia* (p. 356), *Municipium Segobriga* (p. 357) e *Tole(tum)* (p. 358). Nada autoriza, tão-pouco, a que se qualifiquem como municípios de direito latino as seguintes cidades: *Salacia* (p. 340), *Cascantum* (p. 354), *Graccurreis* (p. 355), *Ercauica* (p. 356) e *Osicerda* (p. 357) (Faria, 1995b, p. 94-96).

● Não compreendemos as dúvidas que pode suscitar a identificação da figura feminina que acompanha a legenda toponímica PAX IVL(ia) nos reversos dos asses batidos nesta cidade (p. 340); é, obviamente, a personificação da *Pax* (Faria, 1989, p. 106 e n. 14; Simon, 1994a, p. 207, n.º 11, 1994b, p. 135, Fig. 11), e não da *Felicitas*.

● A despeito das linhas que lhe foram consagradas no capítulo atinente às cunhagens posteriores à morte de César, as moedas de *Valentia* (p. 348) apresentam uma cronologia claramente anterior a 44 a.C. O nome de um dos magistrados desta ceca surge reproduzido como LLVCIE(*nus*) em vez de L LVCIEN(*us*) (p. 348).

● As legendas das emissões de *Tole* devem ser interpretadas do seguinte modo: CELTAMB EX S C (CNH 296:1-5) e C VICIVS C F(ĭ)LIO (*sic*) EX S C (CNH 297:6-7).

● No primeiro apêndice, que reúne os nomes das cecas peninsulares, notámos a ausência de *Balleia* (p. 292), *Belse* (Faria, 1995d, p. 324-325), *Oquri/Ocuri* (considerado nome pessoal no apêndice 2) (Faria, 1994a, p. 124), *Biscargi* (Faria, 1996a, p. 177), *Ocanaca* (Faria, 1996b, p. 229) e *Sigarra* (Faria, 1997b, p. 110).

● Encerramos estas nossas observações com uma extensa lista de emendas que julgámos pertinente introduzir no catálogo de nomes pessoais (apêndice 2):

- C(*aius*) A(...). **aRse**. CNH 311:56-59. Faria, 1994b, n.º 1. HMHA 422:16.
HMHA: C A P V; faltou referir CNH 311:56.
- M(*arcus*) A(...). **aRse-Saguntum**. CNH 313:67-68. Faria, 1994b, n.º 2. HMHA 423:9.
HMHA: MB MA.
- CN(*aeus*) AE(*milius*) GRACILIS. AED(*ilis*). *Clunia*. RPC I 455. Faria, 1994b, n.º 5 (Faria, 1996a, p. 151). HMHA 427:42.
HMHA: CN AE GRACILI.
- **abarilduR**. Ceca indeterminada. CNH 203:1-9. Faria, 1994b, n.º 6 (Faria, 1996a, p. 151).
HMHA: nome de ceca.
- L(*ucius*) AC(*ilius*) MAL(*leolus?*). *Murtili*. CNH 377:4. Faria, 1994b, n.º 9 (Faria, 1996a, p. 151).
HMHA 424:38.
HMHA: L AC MA.
- SEX(*tus*) AEBVTIVS CLEMENS. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 352-358. Faria, 1994b, n.º 10 (Faria, 1996a, p. 151). HMHA 432:15.
HMHA: SEX AEBVTIVS.
- C(*aius*) AEL(*ius*). **caStilo/Castulo**. CNH 338:56. Faria, 1994b, n.º 11 (Faria, 1996a, p. 151).
HMHA 424:8-9.
HMHA: duas entradas para um só magistrado.

- L(*ucius*) AE(*milius*). **aRse-Saguntum**. CNH314:75. Faria, 1994b, n.º 17 (Faria, 1996a, p. 151). HMHA 423:5.
HMHA: M AEM.
- M(*arcus*) AEMIL(*ius*). AED(*ilis*). *Saguntum*. CNH313:66. Faria, 1994b, n.º 20. HMHA 423:4.
HMHA: M AE.
- M(*arcus*) AEMILIVS SEVERVS. Q(*uinquennalis*). *Ilici*. RPC I 194-195. Faria, 1994b, n.º 26. HMHA 426:20.
HMHA: AEMILIVS SEVERVS, M.
- M(*arcus*) AGRIPPA. QVIN(*quennalis*). *Noua Karthago*. RPC I 164. Faria, 1994b, n.º 27 (Faria, 1996a, p. 152).
HMHA —.
- T(*itus*) AHI(*us*) T(*iti*) F(*ilius*). Q(*uaestor*). *Valentia*. CNH 317:4. Faria, 1994b, n.º 29 (Faria, 1996a, p. 152).
HMHA —.
- AIDAR. *Obulco*. CNH 342:5. Faria, 1994b, n.º 30 (Faria, 1996a, p. 152). HMHA 424:4.
HMHA: AIDIAR.
- **aiubas. aRse**. CNH 308:31-32. Faria, 1994b, n.º 31. HMHA 422:1.
HMHA: CNH 308:1-32.
- ALBINVS. II (*uir*) QV(*inquennalis*). *Noua Karthago*. CNH 410:4-6. Faria, 1994b, n.º 32.
HMHA —.
- **an(n)duaCui**. *Obulco*. CNH 346:36-37. Faria, 1994b, n.º 44 (Faria, 1996a, p. 152). HMHA 423:33.
HMHA: -ntuakoi.
- M(*arcus*) AN(*nius*). Q(*uaestor*). *Carteia*. CNH 413:11-12. Faria, 1994b, n.º 38 (Faria, 1996a, p. 152).
HMHA —.
- **angioniS**. *Abra*. CNH 355:1-4. Faria, 1994b, n.º 36 (Faria, 1996a, p. 152). HMHA 423:32.
HMHA: -kioniS.
- M(*arcus*) AVVS. IIII VIR. *Clunia*. RPC I 452. Faria, 1994b, n.º 39 (Faria, 1996a, p. 154). HMHA 430:22.
HMHA: M AVO.
- Q(*uintus*) ANTONI(*us*). II VIR. *Calagurris*. RPC I 438. Faria, 1994b, n.º 41. HMHA 431:42.
HMHA: Q ANTONIVS.
- M(*arcus*) ANT(*onius?*) ANT(*ullus?*). *Baesuri*. CNH 400:1. Faria, 1994b, n.º 43 (Faria, 1996a, p. 153). HMHA 425:12.
HMHA: M AN ANT.
- L(*ucius*) APO(*nius*). AID(*ilis*). *Bailo*. CNH124:1, 6. Faria, 1994b, n.º 45 (Faria, 1996a, p. 153). HMHA 424:35.
HMHA: FALT AID L APO; faltou citar CNH 124:1.
- L(*ucius*) APPVLEI(*us*) RVF(*us*). QVINQ(*uennalis*). *Noua Karthago*. CNH411:12-13: RPC I 155-156. Faria, 1994b, n.º 48 (Faria, 1996a, p. 153). HMHA 428:39.
HMHA: L APPVLEIVS RVF.
- **arsabaS**. Ceca indeterminada. CNH 53:110. Faria, 1994b, n.º 52 (Faria, 1996a, p. 153).
HMHA —.
- **arsbigis. aRse**. CNH 304:2, 5. Faria, 1994b, n.º 53 (Faria, 1996a, p. 153).
HMHA —.

- T(*itus*) AT(...). *Valentia*. CNH 317:6. Faria, 1994b, n.º 54 (Faria, 1996a, p. 154).
HMHA —.
- CN(*aeus*) ATELLIVS PONTI(...). II V(*ir*) QV(*inquennalis*). *Noua Karthago*. RPC I 169. Faria, 1994b, n.º 58 (Faria, 1996a, p. 154). *HMHA* 428:2.
HMHA: nome de cargo: PONTI.
- L(*ucius*) ATINI(us). IIII VIR. *Carteia*. CNH 419:62-63. RPC I 114-115. Faria, 1994b, n.º 59 (Faria, 1996a, p. 154). *HMHA* 428:40.
HMHA: L ATINIVS.
- AVFIDIVS RVFVS. IIII VIR. *Carteia?*. CNH 419:64. RPC I 5418. Faria, 1994b, n.º 63 (Faria, 1996a, p. 154). *HMHA* 426:21.
HMHA: IIII. Ceca indeterminada.
- L(*ucius*) B(*aebius*). **aRse-Saguntum**. CNH 312:61. Faria, 1994b, n.º 64. *HMHA* 423:2.
HMHA: LBMP.
- M(*arcus*) B(*aebius*). **aRse-Saguntum**. CNH 313:67-68. Faria, 1994b, n.º 66. *HMHA* 423:9.
HMHA: MB MA.
- Q(*uintus*) BAEB(*ius*) FLAVVS. II VIR. *Calagurris*. RPC I 447. Faria, 1994b, n.º 67. *HMHA* 432:1.
HMHA: Q BAEBIVS FLAVVS.
- CN(*aeus*) BAEBI(us) GLAB(*rio*). AED(*ilis*). *Saguntum*. CNH 312:64. Faria, 1994b, n.º 68 (Faria, 1996a, p. 154). *HMHA* 422:17.
HMHA: faltou referir o cargo: AED(*ilis*).
- M(*arcus*) BAEBI(us) SOBRINVS. AED(*ilis*). *Saguntum*. RPC I 204. Faria, 1994b, n.º 71 (Faria, 1996a, p. 154). *HMHA* 430:23.
HMHA: M BAEBIVS SOBRINVS.
- L(*ucius*) BAGGIVS FRONT(*o*). II VIR, II VIR II (*iterum*). *Celsa*. RPC I 272-275, 279. Faria, 1994b, n.º 72 (Faria, 1996a, p. 154-155). *HMHA* 426:22, 429:2.
HMHA: duas entradas para um só magistrado.
- M(*arcus*) BAL(*ce?*...). **caStilo/Castulo**. CNH 339:68. Faria, 1994b, n.º 73 (Faria, 1996a, p. 155).
HMHA 425:13.
HMHA: M BA.
- **balcagaldur. aRse**. CNH 309:39, 313:74. Faria, 1994b, n.º 75 (Faria, 1996a, p. 155). *HMHA* 422:3-4.
HMHA: duas entradas para um só magistrado.
- **becuegi**. *Obulco*. CNH 345:26-35. Faria, 1994b, n.º 76 (Faria, 1996a, p. 155). *HMHA* 423:14.
HMHA: **bekoeki**.
- L(*ucius*) BENNIVS. PRAEF(*ectus*). *Noua Karthago*. RPC I 162-165. Faria, 1994b, n.º 77 (Faria, 1996a, p. 155). *HMHA* 429:3.
HMHA: L BENNIVS. PRAEF IMP CAES QVIN.
- L(*ucius*) C(...). Q(*uaestor*). *Emporiae*. CNH 152:5-6. RPC I 237, 240. Faria, 1994b, n.º 82 (Faria, 1996a, p. 155). *HMHA* 429:7.
HMHA: L C Q.
- P(*ublius*) C(...). Q(*uaestor*). *Emporiae*. CNH 154:22. RPC I 246. Faria, 1994b, n.º 83 (Faria, 1996a, p. 155). *HMHA* 431:26.
HMHA: P C Q.
- DRVSVS CAESAR. II VIR. *Caesaraugusta*. RPC I 342-343. Faria, 1994b, n.º 144 (Faria, 1996a, p. 156). *HMHA* 428:15.
HMHA: faltou citar RPC I 342.

- G(aius) CAESAR. II VIR. *Caesaraugusta*. *RPC I* 362-364. Faria, 1994b, n.º 103 (Faria, 1996a, p. 156).
HMHA —.
- CAECILIANVS. II VIR. *Oscia*. *RPC I* 287-288. Faria, 1994b, n.º 91.
HMHA —.
- L(ucius) CALPVRN(ius) AED(ilis). *Saguntum*. *CNH* 312:64-65. Faria, 1994b, n.º 105. *HMHA* 422:20.
HMHA: faltou referir o cargo: AED(ilis); faltou citar *CNH* 312:65.
- CANDNIL(...?) SISCRA F(ilius). ***Beuipum**. *CNH* 134:5-5A. Faria, 1994b, n.º 109 (Faria, 1996a, p. 157). *HMHA* 424:25-26.
HMHA: CANDNIL SISCRA F; duas entradas para um só magistrado; **ketouibon?**.
- **CaRsuritu**. *Obulco*. *CNH* 343:15-16. Faria, 1994b, n.º 112 (Faria, 1996a, p. 158). *HMHA* 423:19.
HMHA: **kabesuritu**.
- CELTAMB(...). *Tole*. *CNH* 296:1-5. Faria, 1994b, n.º 116 (Faria, 1996a, p. 158).
HMHA —.
- TIB(erius) CLOD(ius) FLAVVS. PRAEF(ectus) GERMAN(ici). *Caesaraugusta*. *RPC I* 325-329. Faria, 1994b, n.º 119. *HMHA* 432:34.
HMHA: PRAEF GERMAN. II VIR.
- CONIP(...) ILQ(us?). *Onuba*. *CNH* 388:7. Faria, 1994b, n.º 124 (Faria, 1996a, p. 158). *HMHA* 424:33.
HMHA: CONIP IL ET COL. Q.
- CONIPR(...). *Obulco*. *CNH* 342:5. Faria, 1994b, n.º 125. *HMHA* 432:35.
HMHA: CONIPP.
- L(ucius) CORANI(us). Q(uaestor). *Valentia*. *CNH* 318:8. Faria, 1994b, n.º 127 (Faria, 1996a, p. 158).
HMHA —.
- M(arcus) CORANI(us). ***Beuipum**. *CNH* 134:11. Faria, 1994b, n.º 126 (Faria, 1996a, p. 158).
HMHA 424:36.
HMHA: COR[ANI?]; **ketouibon?**.
- P(ublius) CORN(elius). *Bailo*. *CNH* 124:5. Faria, 1994b, n.º 129 (Faria, 1996a, p. 159). *HMHA* 426:4.
HMHA: Q MANL P CORN.
- L(ucius) CORNE(lius) FRONTO. II VIR. *Celsa*. *CNH* 225:28. *RPC I* 269. Faria, 1994b, n.º 132.
HMHA 429:14.
HMHA: L CORNE FRONT.
- C(aius) CVR(uius). Q(uaestor). *Carteia*. *CNH* 413:11-12. Faria, 1994b, n.º 136. *HMHA* 424:13.
HMHA: C CVRMAN.
- CN(aeus) DOM(itius) AMPIAN(us). II VIR. *Caesaraugusta*. *RPC I* 319-321. Faria, 1994b, n.º 140. *HMHA* 428:6.
HMHA: CN DOM AMPIANVS.
- DRVSVS CAES(ar). II VIR. *Acci*. *RPC I* 137. Faria, 1994b, n.º 142.
HMHA —.
- DRVSVS CAESAR. QVINQ(uennalis). *Noua Karthago*. *RPC I* 179-181. Faria, 1994b, n.º 145.
HMHA 428:16
HMHA: II VIR QVINQ.

- L(*ucius*) FABI(us). II VIR. *Calagurris*. *RPC* I 438. Faria, 1994b, n.º 147. *HMHA* 429:18.
HMHA: L FABIVS.
- M(*arcus*) FABI(us). AED(*ilis*). *Saguntum*. *CNH* 313:66. Faria, 1994b, n.º 149.
HMHA —.
- L(*ucius*) FABI(us) POST(*umus*). *Saguntum*. *CNH* 314:77. *RPC* I 200. Faria, 1994b, n.º 150.
HMHA 429:17.
HMHA: L FABIVS POST.
- P(*ublius*) FALCIDIVS. IIII VIR. *Carteia*. *CNH* 419:58-60. *RPC* I 111-112. Faria, 1994b, n.º 153.
HMHA 431:27.
HMHA: *RPC* I 11-12.
- M(*anius*) FLAVIVS FESTVS. II VIR. *Celsa*. *RPC* I 272-275. Faria, 1994b, n.º 157. *HMHA* 431:13-14.
HMHA: duas entradas para um só magistrado.
- FVLVIANVS. PRAEFECTVS. *Caesaraugusta*. *RPC* I 338-339. Faria, 1994b, n.º 161 (Faria, 1996a, p. 160). *HMHA* 428:19.
HMHA: FVLVIANVS. PRAEFECTVS. II VIR.
- M(*arcus*) FVLVI(us). PR(*aetor*). Q(*uinquennalis*), PR(*aetor*) II VIR. *Lepida*. *CNH* 224:18-19, 22-23. *RPC* I 261, 264. Faria, 1994b, n.º 164. *HMHA* 430:30-31.
HMHA: M FVLVIVS; duas entradas para um só magistrado.
- L(*ucius*) FVNI(*sulanus*) VETT(o). II VIR. *Caesaraugusta*. *RPC* I 361. Faria, 1994b, n.º 167 (Faria, 1996a, p. 160). *HMHA* 429:22.
HMHA: L FVNI VET F.
- M(*arcus*) GEL(*lius*) PALVD(...). II VIR. *Turiaso*. *RPC* I 419. Faria, 1994b, n.º 169. *HMHA* 430:27.
HMHA: M CEL PALVD.
- GERMANICVS CAESAR. II VIR. *Acci*. *RPC* I 137. Faria, 1994b, n.º 171.
HMHA —.
- M(*arcus*) HELV(*ius*) FRONTO. II VIR. *Bilbilis*. *RPC* I 400. Faria, 1994b, n.º 178. *HMHA* 428:27.
HMHA: HELV FRONTO, M.
- C(*aius*) HELVI(us) POLLIO. II (*uir*) QV(*inquennalis*), PR(*aefectus*). *Noua Karthago*. *CNH* 410:4-6. *RPC* I 159-150, 166. Faria, 1994b, n.º 179 (Faria, 1996a, p. 161). *HMHA* 428:26-28.
HMHA: duas entradas para um só magistrado: HEL POLLIO ALBINVS e HELVIVS POLL, PR TI NERONE (*sic*).
- (...I)HSA(...). *Obulco*. *CNH* 350:66. Faria, 1994b, n.º 181 (Faria, 1996a, p. 163). *HMHA* 425:28.
HMHA: MIHSAM ?.
- C(*aius*) I(...). Q(*uaestor*). *Emporiae*. *CNH* 152:5-6. *RPC* I 237. Faria, 1994b, n.º 182 (Faria, 1996a, p. 161). *HMHA* 427:9.
HMHA: C I Q.
- **icortas. Saitabi**. *CNH* 315.8-9. Faria, 1994b, n.º 189 (Faria, 1996a, p. 161). *HMHA* 422:8.
HMHA: **Saiti**.
- **ildirarCeR. undicesCen**. *CNH* 147:43-45. Faria, 1994b, n.º 188 (Faria, 1996a, p. 162). *HMHA* 422:9.
HMHA: faltou citar *CNH* 147:44-45.
- IMP(*erator*) CAES(ar). QVIN(*quennalis*). *Noua Karthago*. *RPC* I 162-163. Faria, 1994b, n.º 191.
HMHA: —.
- ISCER. *Castulo*. *CNH* 332:14. Faria, 1994b, n.º 193 (Faria, 1996a, p. 162). *HMHA* 426:8.
HMHA: SACAL/ISCER.

- IVBA REX IVBAE F(*ilius*). II V(*ir*) QV(*inquennalis*). *Noua Karthago*. *RPC I* 169. Faria, 1994b, n.º 197. *HMHA* 428:33.
HMHA: IVBA IVBAE F.
- M(*arcus*) IVL(*ius*) SETTAL. II VIR. *Ilici*. *RPC I* 196-197. Faria, 1994b, n.º 204. *HMHA* 430:33.
HMHA: M IVLIVS SETTAL.
- IVNIANVS LVPVS. PR(*aefectus*) G(*ai*) CAESAR(*is*). II VIR. *Caesaraugusta*. *RPC I* 338-339, 362-364. Faria, 1994b, n.º 205 (Faria, 1996a, p. 162). *HMHA* 428:34.
HMHA: IVNIANVS LVPVS, PRAEF G CAESAR, II V; faltou citar *RPC I* 338-339.
- M(*arcus*) IVNI(*us*) HISPANVS. II VIR. *Celsa*. *RPC I* 270. Faria, 1994b, n.º 209 (Faria, 1996a, p. 163). *HMHA* 430:34.
HMHA: M IVNIVS HISPANVS.
- M(*anius*) KANINIVS. II VIR ITER(*um*). *Caesaraugusta*. *RPC I* 322-324. Faria, 1994b, n.º 211. *HMHA* 431:16.
HMHA: MN KANINIVS. II VIR ITERVM.
- L(*ucius*) QVL(*es...?*) F(*ilius*). **caStilo**/Castulo. *CNH* 339:70-71. Faria, 1994b, n.º 221 (Faria, 1996a, p. 164). *HMHA*: 425:10.
HMHA: L QV L F.
- C(*aius*) LVCIEN(*us*). Q(*uaestor*). *Valentia*. *CNH* 317:1. Faria, 1994b, n.º 224.
HMHA —.
- M(*arcus*) LVCR(*etius*). PERE(*grinus*). AED(*ilis*). *Clunia*. *RPC I* 458. Faria, 1994b, n.º 226 (Faria, 1996a, p. 164). *HMHA* 430:36.
HMHA: M LVCR PER[E].
- L LVCRETIVS RVFVS. II VIR. *Caesaraugusta*. *RPC I* 352-358. Faria, 1994b, n.º 227. *HMHA* 429:31.
HMHA: L LVCRETIVS.
- C(*aius*) MAECIVS. II (*uir*). QVINQV(*ennalis*). *Noua Karthago*. *CNH* 411:11-13. *RPC I* 154-156. Faria, 1994b, n.º 230. *HMHA* 427:13.
HMHA: II VIR QVINQ.
- Q(*uintus*) MANL(*ius*). *Bailo*. *CNH* 124:5. Faria, 1994b, n.º 236. *HMHA* 426:4.
HMHA: Q MANL P CORN.
- L(*ucius*) MAR(*ius*). *Carteia*. *CNH* 416:40-43. Faria, 1994b, n.º 244. *HMHA* 425:2.
HMHA: L AR.
- C(*aius*) MAR(*ius*) CAP(*ito*). II VIR, PR(*aefectus*) [*pro*] II VIR(*o*). *Calagurris*. *RPC I* 434, 440. Faria, 1994b, n.º 246 (Faria, 1996a, p. 165). *HMHA* 427:14-15.
HMHA: duas entradas para um só magistrado.
- C(*aius*) MARIVS VEGETVS. AED(*ilis*), II VIR. *Turiaso*. *RPC I* 415-416, 418. Faria, 1994b, n.º 247 (Faria, 1996a, p. 165). *HMHA* 427:16, 431:11.
HMHA: duas entradas para um só magistrado.
- C(*aius*) MINIVS Q(*uinti*) F(*ilius*). IIII VIR, IIII VIR IT(*erum*), IIII VIR TER(*tium*), II VIR IV (*quartum*). *Carteia*. *Vives* 128:6. *CNH* 417:50-57. Faria, 1994b, n.º 252. *HMHA* 15-19.
HMHA: quatro entradas para um só magistrado; faltou citar *Vives* 128:6 e *CNH* 418:51-53.
- C(*aius*) MVNI(*us*). Q(*uaestor*). *Valentia*. *CNH* 317:1. Faria, 1994b, n.º 255 (Faria, 1996a, p. 166).
HMHA —.
- NERO CAESAR. II VIR. *Caesaraugusta*. *RPC I* 342-343. Faria, 1994b, n.º 258 (Faria, 1996a, p. 166). *HMHA* 431:20.

- HMHA*: faltou citar *RPC* I 342.
- TI(*berius*) NERO. QVI(*nquennalis*). *Noua Karthago*. *RPC* I 166. Faria, 1994b, n.º 260.
HMHA —.
 - **neselducu**. *Obulco*. *CNH* 344:17-25. Faria, 1994b, n.º 261 (Faria, 1996a, p. 166). *HMHA* 423:22.
HMHA: **neseltuko**.
 - C(*aius*) NINI(*us*). Q(*uaestor*). *Carteia*. *CNH* 413:10. Faria, 1994b, n.º 264.
HMHA —.
 - **niosiscer**. Ceca indeterminada. *CNH* 52:106. Faria, 1994b, n.º 265 (Faria, 1996a, p. 166).
HMHA —.
 - C(*aius*) NVMI(*us*). Q(*uaestor*). *Valentia*. *CNH* 318:8. Faria, 1994b, n.º 271 (Faria, 1996a, p. 167).
HMHA —.
 - ODACIS. A(*edilis*). ***Beuipum**. *CNH* 133:3-4. Faria, 1994b, n.º 277 (Faria, 1996a, p. 167).
HMHA 425:33-34.
HMHA: ODA S; duas entradas para um só magistrado; nome pessoal trimembre: ODA-CIS A S; **ketouibon?**.
 - **odaciiS**. *Obulco*. *CNH* 342:9. Faria, 1994b, n.º 283 (Faria, 1996a, p. 167). *HMHA* 423:23.
HMHA: **otatiiS**.
 - M(*arcus*) OFILLIVS SILVAN(*us*). II VIR ITER(*um*). *Caesaraugusta*. *RPC* I 359-360. Faria, 1994b, n.º 278. *HMHA* 430:38.
HMHA: M OFILLIVS SILVANVS, II VIR ITERVM.
 - **oloSordin**. Ceca indeterminada. *CNH* 49:83. Faria, 1994b, n.º 279.
HMHA —.
 - M(*arcus*) OPSI(*lius*). *Lascuta*. *CNH* 127:5. Faria, 1994b, n.º 280. *HMHA* 425:26.
HMHA: M O PSI.
 - M(*arcus*) P(...). **aRse-Saguntum**. *CNH* 312:61. Faria, 1994b, n.º 284. *HMHA* 423:2.
HMHA: LBMP.
 - Q(*uintus*) PAPIR(*ius*) CAR(*bo*). II VIR Q(*uinquennalis*) *Ilici*. *RPC* I 192-193. Faria, 1994b, n.º 287 (Faria, 1996a, p. 168). *HMHA* 432:4.
HMHA: Q PAPIRIVS CAR.
 - M(*arcus*) PLAET(*orius*) TRAN(*quillus*). II VIR ITER(*um*). *Calagurris*. *RPC* I 435. Faria, 1994b, n.º 291 (Faria, 1996a, p. 168). *HMHA* 430:39.
HMHA: II VIR.
 - T(*itus*) POPILI(*us*). II VIR QVIN(*quennalis*). *Noua Karthago*. *CNH* 410:2-3. *RPC* I 147-148. Faria, 1994b, n.º 304 (Faria, 1996a, p. 169). *HMHA* 432:29.
HMHA: T POPILIVS.
 - L(*ucius*) PORCIVS. PR(*aetor*) II VIR. *Lepida*. *CNH* 224:20. *RPC* I 262. Faria, 1994b, n.º 305 (Faria, 1996a, p. 169). *HMHA* 431:37.
HMHA: PR PORCIVS, L. II VIR.
 - M(*arcus*) PORCI(*us*). II VIR. *Caesaraugusta*. *RPC* I 314-316. Faria, 1994b, n.º 306 (Faria, 1996a, p. 169). *HMHA* 430:41.
HMHA: M PORCIVS.
 - M(*arcus*) POSTVM(*us*) ALBINVS. II VIR Q(*uinquennalis*), II VIR QVINQV(*ennalis*) ITER(*um*). *Noua Karthago*. *RPC* I 170-171, 174-178. Faria, 1994b, n.º 309 (Faria, 1996a, p. 170). *HMHA* 430:42, 431:1.
HMHA: duas entradas para um só magistrado.

- REX PTOL(*emaus*). II V(ir) Q(*uinquennalis*). *Noua Karthago*. *RPCI* 172-173. Faria, 1994b, n.º 312. *HMHA* 431:38.
HMHA: PTOLEMAEUS.
- M(*arcus*) Q(...). **aRse**. *CNH* 311:51-54. Faria, 1994b, n.º 314 (Faria, 1996a, p. 170). *HMHA* 422:19.
HMHA: C S M Q.
- C(*aius*) R(*osius?*). Q(*uaestor*). *Emporiae*. *CNH* 153:13. *RPCI* 240. Faria, 1994b, n.º 321 (Faria, 1996a, p. 170). *HMHA* 427:24.
HMHA: C R Q.
- C(*aius*) RVF(...)/AVF(...). Q(*uaestor*). **iCalesCen**. *CNH* 327:25-26. Faria, 1994b, n.º 322 (Faria, 1996a, p. 170). *HMHA* 422:18.
HMHA: CNF.
- C(*aius*) S(...). **aRse-Saguntum**. *CNH* 311:50-52. Faria, 1994b, n.º 323 (Faria, 1996a, p. 170). *HMHA* 422:19.
HMHA: CSMQ.
- SACAL. **caStilo/Castulo**. *CNH* 332:14. Faria, 1994b, n.º 327 (Faria, 1996a, p. 171). *HMHA* 426:8.
HMHA: SACAL/ISCER.
- P(*ublius*) SALPAS. PR(*aetor*) II VIR. *Lepida*. *CNH* 224:22-23. *RPCI* 264. Faria, 1994b, n.º 328. *HMHA* 431:34.
HMHA: P SALPA.
- L(*ucius*) SEMPR(*onius*) VETTO. *Saguntum*. *CNH* 314:77. *RPCI* 200. Faria, 1994b, n.º 339 (Faria, 1996a, p. 172). *HMHA* 430:4.
HMHA: L SEMPR VETTUS.
- M(*arcus*) SEPTV(*mius*). *Carteia*. *CNH* 414:21-26. Faria, 1994b, n.º 340 (Faria, 1996a, p. 172). *HMHA* 425:22.
HMHA: M SEPTV.
- L(*ucius*) SESTI(*us*) CELER. II VIR. *Ilici*. *RPCI* 196-197. Faria, 1994b, n.º 342 (Faria, 1996a, p. 172). *HMHA* 430:6.
HMHA: L SESTIVS CELER.
- C(*aius*) SEX(*tius*). AED(*ilis*). *Calagurris*. *CNH* 277:6. *RPCI* 432. Faria, 1994b, n.º 343 (Faria, 1996a, p. 172). *HMHA* 173:30.
HMHA: AEDILIS.
- SISBE SISCRA F(*ilius*) A(*edilis?*). ***Beuipum**. *CNH* 134:5A-6. Faria, 1994b, n.º 347 (Faria, 1996a, p. 172). *HMHA* 426:9-10.
HMHA: duas entradas para um só magistrado; nome pessoal trimembre: SISBE A S; **ketouibon?**.
- SISIOL(...?). *Obulco*. *CNH* 351:72. Faria, 1994b, n.º 349 (Faria, 1996a, p. 173). *HMHA* 426:13.
HMHA: SISQ?
- SISVCVRHIL. ***Beuipum**. *CNH* 134:9. Faria, 1994b, n.º 351 (Faria, 1996a, p. 173). *HMHA* 426:14.
HMHA: SISVCVRCHIL; **ketouibon?**.
- SOCED. **caStilo/Castulo**. *CNH* 332:14. Faria, 1994b, n.º 352 (Faria, 1996a, p. 173).
HMHA —.
- L(*ucius*) SVRA. PR(*aetor*) II VIR, II VIR. *Lepida-Celsa*. *CNH* 223:21. *RPCI* 263, 271. Faria, 1994b, n.º 357. *HMHA* 430:7-8.

- HMHA*: duas entradas para um só magistrado.
- **TegialcoS.** Ceca indeterminada. *CNH*354:1-2. Faria, 1994b, n.º 360 (Faria, 1996a, p. 173). *HMHA* 423:31.
HMHA: **-kiailkoS.**
 - Q(*uintus*) TERENTIVS MONT(*anus*). II VIR, II VIR Q(*uinquennalis*). *Ilici*. *CNH* 421:1-2. *RPC* I 187-188, 192-193. Faria, 1994b, n.º 364. *HMHA* 432:6-7.
HMHA: duas entradas para um só magistrado.
 - **tigiRsgine.** Ceca indeterminada. *CNH* 47:73. Faria, 1994b, n.º 367 (Faria, 1996a, p. 174). *HMHA* —.
 - A(*ulus?*) TILAN (?). *Obulco*. *CNH* 341:3. Faria, 1994b, n.º 368 (Faria, 1996a, p. 174). *HMHA* —.
 - L(*ucius*) TRINI(*us*) L(*uci*) F(*ilius*). Q(*uaestor*). *Valentia*. *CNH* 317:4, 6. Faria, 1994b, n.º 371 (Faria, 1996a, p. 174). *HMHA* —.
 - P(*ublius*) V(*alerius?*). **aRse.** *CNH*311:56-59. Faria, 1994b, n.º 375 (Faria, 1996a, p. 175). *HMHA* 422:16.
HMHA: C A P V.
 - C(*aius*) VALERIVS. AED(*ilis*), II VIR. *Calagurris*. *CNH* 277:6. *RPC* I 432-433. Faria, 1994b, n.º 377 (Faria, 1996a, p. 174-175). *HMHA* 427:34, 36.
HMHA: duas entradas para um só magistrado.
 - Q(*uintus*) VARIIVS HIBERVVS. IIVI(*r*) QVINQ(*uennalis*), PRAEF(*ectus*). *Noua Karthago*. *CNH* 412:18-19. *RPC* I 160-166. Faria, 1994b, n.º 390 (Faria, 1996a, p. 175). *HMHA* 432:10.
HMHA: Q VARIIVS. PRAEF QVINQ.
 - **uecuegi.** *Abra*. *CNH* 355:1-4. Faria, 1994b, n.º 391 (Faria, 1996a, p. 175). *HMHA* 423:28.
HMHA: **uekoeki.**
 - CN(*aeus*) VETILIVS BVCCO. AED(*ilis*), II VIR II (*iterum*). *Celsa*. *RPC* I. 279-280. Faria, 1994b, n.º 393 (Faria, 1996a, p. 176). *HMHA* 428:3, 432:36.
HMHA: duas entradas para um só magistrado.
 - P(*ublius*) VET(*tius*). *Ose(t)*. *CNH* 396:7. Faria, 1994b, n.º 395. *HMHA* 426:1.
HMHA. *Osset*; *CNH* 388:6.
 - C(*aius*) VIBI(*us*). AID(*ilis*), IIII VIR, IIII VIR IT(*erum*). *Carteia*. *CNH* 417:48, 50-54. *RPC* I 415-417. Faria, 1994b, n.º 397 (Faria, 1996a, p. 176). *HMHA* 424:22-24.
HMHA: três entradas para um só magistrado; faltou citar *CNH* 418:51-53.
 - C(*aius*) VICIVS C(*ai*) F(*i*)LIO (*sic*). *Tole*. *CNH* 297:6-7. Faria, 1994b, n.º 398 (Faria, 1996a, p. 176). *HMHA* —.
 - VINIT(...?). *Obulco*. *CNH* 350:65. Faria, 1994b, n.º 399 (Faria, 1996a, p. 176). *HMHA* 426:17.
HMHA: VIINIIT.
 - CN(*aeus*) VOC(*onius*) STARE F(*ilius*). **caStilo.** *CNH* 332:15-19, 21. Faria, 1994b, n.º 401 (Faria, 1996a, p. 176). *HMHA* 424:32.
HMHA: CN VOC ST F; *CNH* 333:15-19, 21.
 - **urCailbi.** *Obulco*. *CNH* 344:17-25. Faria, 1994b, n.º 403 (Faria, 1996a, p. 176). *HMHA* 423:30.
HMHA: **urkailtu.**
 - Q(*uintus*) VRSVVS. II VIR, II VIR ITER(*um*). *Calagurris*. *RPC* I 434-435. Faria, 1994b, n.º 404. *HMHA* 432:8-9.
HMHA: duas entradas para um só magistrado.

Ao darmos por concluídas as correcções à lista de nomes pessoais em numismas hispânicos, que constitui o apêndice 2 da monografia em apreço, importa reconhecer que também o nosso trabalho mais recente sobre o assunto (Faria, 1996a) enferma de alguns erros. A maior parte deles foi já emendada nas observações acima registadas. Resta-nos mencionar o mais importante de todos e que tem que ver com uma rara emissão de chumbo de *Ipses* (IPSIIS na legenda toponímica). Trata-se da legenda que antes líamos como M(arcus) PV[...]. Q(*uaestor*?) (Faria, 1996a, p.177); à luz de um novo exemplar que, tal como o primeiro, chegou ao nosso conhecimento através de José Rodrigues Marinho, a quem agradecemos, lemos agora assim: M(arcus) [...]ARC. Q(*uaestores*?).

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL, J. M. (1996) - Derecho latino y municipalización en Levante y Cataluña. In ORTIZ DE URBINA, E. ; SANTOS, J., eds. - *Teoría y práctica del ordenamiento municipal en Hispania. Actas del Symposium de Vitoria-Gasteiz (22 a 24 de noviembre de 1993)* (Revisión de Historia Antigua; 2), Vitoria-Gasteiz : Universidad del País Vasco, p. 255-283.
- BUTTREY, T. V. (1994) - Calculating ancient coin production II: Why it cannot be done. *The Numismatic Chronicle*. London. 154, p. 341-352.
- CASTILLO, C. (1986) - Miscelánea epigráfica hispano-romana. *Studia et Documenta Historiae et Iuris*. Roma. 52, p. 353-394.
- CASTILLO, C. (1997) - Vestigia antiquitatis: *Escritos de epigrafía y literatura romanas*. Pamplona : Universidad de Navarra.
- CHAVES TRISTÁN, F. ; GARCÍA VARGAS, E. (1991) - Reflexiones en torno al área comercial de Gades: Estudio numismático y económico. In *Alimenta: Estudios en homenaje al Dr. Michel Ponsich* (Gerión-Anejos ; 3), Madrid : Universidad Complutense, p. 139-168.
- CNH = VILLARONGA, L. (1994) - *Corpus nummum Hispaniae ante Augusti aetatem*. Madrid : José A. Herrero, S. A.
- FARIA, A. M. de (1984-1985) - As moedas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil). *Nummus*. Porto. 2ª série, 7-8, p. 37-42.
- FARIA, A. M. de (1987) - Guerras e conflitos no vale do Tejo na Antiguidade: o testemunho dos tesouros monetários. In *Arqueologia no vale do Tejo*. Lisboa : Instituto Português do Património Cultural, p. 60-61.
- FARIA, A. M. de (1989) - Sobre a data da fundação de *Pax Iulia*. *Conimbriga*. Coimbra. 28, p. 101-109.
- FARIA, A. M. de (1990-1991) - Antropónimos em inscrições hispânicas meridionais. *Portugalia*. Porto, 2ª série, 11-12, p. 73-88.
- FARIA, A. M. de (1991-1992) - Novos elementos para o estudo das moedas romanas carimbadas. *Nummus*. Porto. 2ª série, 14-15, p. 7-19.
- FARIA, A. M. de (1992) - Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal. *Vipasca*. Aljustrel. 1, p. 39-48.
- FARIA, A. M. de (1993) - A propósito do V Colóquio sobre Línguas e Culturas Pré-romanas da Península Ibérica. *Penélope*. Lisboa. 12, p. 145-161.
- FARIA, A. M. de (1994a) - [Sobre] Leandre VILLARONGA, *Corpus Nummum Hispaniae ante Augusti Aetatem*, Madrid, José A. Herrero, S. A., 1994, XXII + 519 pp. *Vipasca*. Aljustrel, 3, 1994, p. 121-124.
- FARIA, A. M. de (1994b) - Nomes de magistrados em moedas hispânicas. *Portugalia*. Porto, Nova Série, 15, p. 33-60.
- FARIA, A. M. de (1995a) - Novas achegas para o estudo da onomástica ibérica e turdetana. *Vipasca*. Aljustrel. 4, p. 79-88.
- FARIA, A. M. de (1995b) - Plínio-o-Velho e os estatutos das cidades privilegiadas hispano-romanas localizadas no actual território português. *Vipasca*. Aljustrel. 4, p. 89-99.
- FARIA, A. M. de (1995c) - Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português. In *La moneda hispánica: Ciudad y territorio. Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua (Madrid, noviembre 1994)*. Madrid : Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 143-153.
- FARIA, A. M. de (1995d) - Algumas notas de onomástica ibérica. *Portugalia*. Porto. Nova Série, 16, p. 323-330.
- FARIA, A. M. de (1996a) - Nomes de magistrados em moedas hispânicas: correcções e aditamentos. *Conimbriga*. Coimbra. 35, p. 149-187.
- FARIA, A. M. de (1996b) - [Sobre] TABVLA IMPERII ROMANI (Comité Español): Hoja J-29: Lisboa. Sobre la base cartográfica a escala 1:1 del IGN. Emerita-Scallabis-Pax Iulia-Gades. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas-Ministerio de Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente-Ministerio de Cultura, 1995, 220 pp. + mapa. *Conimbriga*. Coimbra. 35, p. 227-234.
- FARIA, A. M. de (1997a) - Moedas da época romana cunhadas no actual território algarvio. In *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa : Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 361-371.

- FARIA, A. M. de (1997b) - Apontamentos sobre onomástica paleo-hispánica. *Vipasca*. Aljustrel, 6, p. 105-114.
- DE HOZ, J. (1995) - El poblamiento antiguo de los Pirineos desde el punto de vista lingüístico. In BERTRANPETIT, J. ; VIVES, E., eds. - *Muntanyes i població: El passat dels Pirineus des d'una perspectiva multidisciplinaria*. Andorra La Vella : Centre de Trobada de les Cultures Pirenenques, p. 271-297.
- JACOB, P. (1986) - À propos des toponymes *Callet, Ceret, Osset*. *Emerita*. Madrid. 54, p. 275-280.
- MATTINGLY, H. B. (1995) - The Mesagne hoard and the coinage of the Late Republic. *The Numismatic Chronicle*. London. 155, p. 101-108.
- MAYER, M. (1989) - Plinio el Viejo y las ciudades de la Baetica: Aproximación a un estado actual del problema. In GONZÁLEZ, J., ed. - *Estudios sobre Urso Colonia Iulia Genetiva*. Sevilla : Alfar, p. 303-333.
- MLHI = UNTERMANN, J. (1975) - *Monumenta linguarum Hispanicarum, I: Die Münzlegenden*, Wiesbaden : Dr. Ludwig Reichert.
- RIPOLLÈS, P. P. (1994-1995) - La moneda en los inicios de la romanización: talleres y artesanos. *Arse*. Sagunto. 28-29 [número especial dedicado a Domingo Fletcher Valls], p. 199-215.
- RPCI = BURNETT, A. ; AMANDRY, M. ; RIPOLLÈS, P. P. (1992) - *Roman provincial coinage I. From the death of Caesar to the death of Vitellius (44 BC - AD 69)*. London : British Museum ; Paris : Bibliothèque Nationale.
- RRC = CRAWFORD, M. H. (1974) - *Roman republican coinage*. Cambridge : University Press.
- RUIVO, J. S. (1997) - O conflito sertoriano no ocidente hispánico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 70, p. 91-100.
- SIMON, E. (1994a) - Pax. In *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae*, VII, 1, Zürich-München : Artemis, p. 204-212.
- SIMON, E. (1994b) - Pax. In *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae*, VII, 2, Zürich-München : Artemis, p. 134-138.
- VIVES, A. (1924-1926) - *La moneda hispánica*. Madrid : Real Academia de la Historia.

RICHARDSON, John S. - *The Romans in Spain*. Oxford : Blackwell, 1998. VII + 341 p. (A History of Spain ; 2). ISBN 0-631-17706-X.

O período em que a Hispânia pertenceu ao Império romano tem sido objecto, nos últimos anos, de diversas obras de síntese, servindo propósitos e públicos distintos, quase todas da autoria de investigadores provenientes de fora da Península. É este o caso do livro de Richardson, que iremos comentar.

Integrando-se o presente volume numa história de Espanha, é natural que a matriz do mesmo radique na sucessão cronológica dos factos que marcaram a ocupação romana da Península. Assim, no capítulo 1 (p. 9-40), Richardson ocupa-se dos primeiros tempos da presença romana, obviamente marcados pela 2.^a Guerra Púnica. De algum modo, foram os Cartagineses os responsáveis pela atracção que a Península Ibérica viria, já no século II a.C., a exercer sobre a classe dirigente da república romana. Os avanços e recuos na decisão de tornar permanente e efectiva a ocupação do território peninsular, que irão culminar na criação “oficial” das duas províncias hispânicas em 197 a.C. fazem já parte do capítulo 2 (p. 41-82), que também incide sobre a organização administrativa e fiscal gradualmente implantada pelos invasores, não sendo esquecido o relato das guerras de conquista que se desenrolaram até à queda de Numância.

Este acontecimento assinala o início do período tratado no capítulo 3 (p. 83-126), que se estende até à morte de César, subsequente ao fim da guerra que o opôs aos filhos de Cn. Pompeio (44 a.C.). Faz naturalmente parte deste último século da República a rebelião hispânica de Sertório, derradeiro episódio da sangrenta guerra que teve como antagonistas os partidários de Mário e os de Sula.

As reformas introduzidas por Augusto na organização político-administrativa e económica da Península constituem o núcleo do capítulo 4 (p. 127-178). Foram poucas as marcas que os sucessores daquele deixaram em território peninsular, sendo necessário chegar ao período dos Flávios para se assistir a uma das fases mais dinâmicas da história da ocupação romana. Efectivamente, a reforma administrativa promovida por aqueles imperadores através da criação de numerosas cidades de direito latino, comprovada pela descoberta na Andaluzia de diversas cópias de uma mais que provável *Lex Flauia Municipalis*, teve um papel fundamental na consolidação do processo de romanização das populações indígenas, em especial dos seus extractos mais elevados. São estes acontecimentos, precipitados pela morte de Nero e pela subsequente guerra civil, que são estudados por Richardson no capítulo 5 (p. 179-230), que inclui também a análise dos factos respeitantes ao século II, coincidente, *grosso modo*, com o período antonino.

No capítulo seguinte (p. 231-263), Richardson trata dos efeitos que tiveram na Península os conturbados acontecimentos políticos e militares que tão má fama trouxeram ao século III. A instabilidade principiou com a morte de Cómodo, vindo só a ser atenuada com a chegada ao poder de Diocleciano. Entretanto, o cristianismo foi dando os seus primeiros passos em território hispânico, processo que Richardson trata com algum pormenor.

No capítulo 7, dedicado ao século IV e ao declínio do império (p. 264-307), é dado um especial relevo à religião cristã, que passa a ser um dos principais suportes ideológicos da instituição imperial, relevo esse que se reflecte no título do capítulo em questão (o cristianismo e os bárbaros). A época de instabilidade volta em meados do século IV com um vigor que já não será possível extinguir. Reaparecem os usurpadores e, com eles, aumenta a perturbação nas fronteiras motivada pela pressão dos povos germânicos. Richardson dá-nos conta de tudo isto com um rigor notável, sem se esquecer de analisar os desenvolvimentos peninsulares de uma tal situação, que irão culminar nas invasões dos inícios do século V.

No capítulo 8 (p. 308-318), Richardson fornece uma irrepreensível síntese dos temas abordados ao longo do livro, fazendo realçar os acontecimentos e os personagens que lhe pareceram mais marcantes nos seis séculos da presença romana no extremo ocidente da Península.

Antes do índice alfabético (p. 330-341), Richardson apresenta uma série de sugestões bibliográficas (p. 319-329) que nos parecem fazer parte dos títulos mencionados em notas de rodapé. Importa ter presente que, ao contrário do que Richardson pretende fazer crer, são muitos e importantes os trabalhos escritos sobre os vários temas tratados neste livro, publicados até 1996, que não vêm citados nas notas de rodapé nem na lista de sugestões final. A maior parte deles é escrita em castelhano, mas também detectámos incompreensíveis lacunas entre as obras de língua inglesa: é o caso do livro de C. F. Konrad (1994).

Além destes reparos de ordem bibliográfica, não queremos deixar de assinalar algumas afirmações que se nos afiguram dignas de crítica:

- Richardson não o diz, mas a cidade de *Cissa* tomada por Cn. Cipião (p. 27), corresponde à cidade ibérica de *Cese*.

- *Edesco*, nome de um dirigente “tribal” ibérico (p. 33), pode ser uma deturpação do ibérico *Edeco*.

- No século II a.C., diferentemente do que sucederia na época de Tito Lívio, *Toletum* (p. 54) seria uma cidade conhecida apenas por *Tole* (Jacob, 1986, p. 277).

- De acordo com a terminologia de Plínio, *oppidum ciuium Romanorum* deve corresponder a *municipium* (Faria, 1995, p. 91-93). É, pois, de admitir que *Palma* e *Pollentia*, *oppida ciuium Romanorum* de acordo com Plínio (*NH* 3. 77), fossem *municipia* na época de Augusto. Contudo, esta conclusão colide com o testemunho de Pompónio Mela, que lhes chama *coloniae*, a menos que uma tal denominação remeta para uma realidade anterior a Augusto. De qualquer modo, os testemunhos existentes não aconselham a que se considere as cidades de *Palma* e *Pollentia* desprovidas de estatuto privilegiado (p. 83-84 e n. 3).

- A inscrição que menciona L. Cássio Longino não procede de *Vlia* (Montemayor) (p. 112, n. 112), mas de La Rambla, importante sítio arqueológico localizado no território de *Sabe* (San Sebastián de los Ballesteros), talvez a *Sabe Gemella* referida pelo Anónimo de Ravena (Sillières, 1990, p. 415).

- Os pertinentes argumentos retomados por Fear (1996, p. 51-53) no sentido de identificar os membros da *legio Vernacula* com indígenas de estatuto peregrino não são devidamente tidos em conta por Richardson, que reserva àquela teoria uma curta nota de rodapé (p. 113, n. 115).

- Não temos conhecimento da presença de Sexto Pompeio no Noroeste da Península (p. 116). Por outro lado, Richardson ignora todos os documentos de diversa natureza que indiciam a presença de Sexto na *Vlterior*, onde deverá ter fundado a cidade de *Imperatoria Salacia* (Grant, 1969², p. 22-23 e n. 1; Faria, 1989, p. 79-80).

- A designação oficial de *Olisipo*, cidade cuja condição municipal é recordada por Plínio-o-Velho (*NH* 4. 117 (*bis*)), era *Felicitas Iulia Olisipo*, e não *Olisipo Felicitas Iulia* (p. 119). Continuamos a crer que *Olisipo* foi elevada a *municipium* por Octaviano entre 31 e 27 a.C. (Faria, 1995, p. 93), não constituindo a posse do *nomen Iulia* prova suficiente de que tal promoção se tenha ficado a dever a César.

- Ao invés do que Richardson sustenta (p. 120), não é nada seguro que *Tarraco*, *Noua Karthago*, *Hispalis*, *Vcubi* e *Itucci* tenham sido colónias fundadas por César; nada impede que a criação de todas elas tenha sido da responsabilidade de Octaviano/Augusto. A designação oficial desta última colónia deve ter sido *Colonia Virtus Iulia Itucci*.

- Seria interessante conhecer os motivos que levaram Richardson a atribuir a Augusto a municipalização de *Fidentia Vlia* (p. 122), já que é César quem tem sido apontado como o autor de tal promoção (Abascal e Espinosa, 1989, p. 60).

● Não é certo que *Emporia (e)* tenha alcançado o estatuto municipal com Augusto (p. 124), sendo mais provável que tal categoria lhe tenha sido outorgada antes de 36 a.C. (Abascal, 1996, p. 259-260).

● A designação oficial do município de *Baelo* devia ter sido *municipium Claudia Baelo*, em vez de *Baelo Claudia* (p. 158).

● L. Licínio Sura, o patrocinador da construção do arco romano de Berà, deverá ter vivido no tempo de Augusto (Dupré i Raventós, 1994), não podendo, por isso, ser identificado com o homónimo contemporâneo de Trajano (p. 217-218).

● Considerando que os cidadãos de *Italica* pertenciam à tribo *Sergia*, o mais provável é que tenha sido César, e não Augusto (p. 222), o criador deste município.

Resta ainda formular duas objecções que se prendem exclusivamente com a tradução espanhola deste mesmo volume, da responsabilidade de Teófilo de Lozoya, publicada em Barcelona pela Editorial Crítica já em 1998:

● Em parte alguma afirma Richardson que *Gerunda e Baetulo* foram colónias latinas (p. 145), limitando-se este investigador a declarar que aquelas duas cidades receberam o estatuto latino (p. 160 da edição original).

● No ensaio bibliográfico, é referida a existência de uma tradução castelhana da *História natural* de Plínio-o-Velho publicada em 1995 pela Editorial Gredos (p. 287); acontece que tal tradução diz apenas respeito aos dois primeiros livros da enciclopédia pliniana, de reduzido interesse para os temas tratados na obra em discussão.

À parte as questões de pormenor acima assinaladas, pouco mais haverá a criticar num trabalho que confirma o seu autor como um dos melhores conhecedores da realidade peninsular durante o período romano.

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL, J. M. (1996) - Derecho latino y municipalización en Levante y Cataluña. In ORTIZ DE URBINA, E. ; SANTOS, J., eds. - *Teoría y práctica del ordenamiento municipal en Hispania. Actas del symposium de Vitoria-Gasteiz (22 a 24 de noviembre de 1993)* (Revisiones de Historia Antigua ; 2). Vitoria-Gasteiz : Universidad del País Vasco, p. 255-283.
- ABASCAL, J. M. ; ESPINOSA, U. (1989) - *La ciudad hispano-romana: Privilegio y poder*. Logroño : Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos de La Rioja.
- DUPRÉ I RAVENTÓS, X. (1994) - *L'arc romà de Berà (Hispania Citerior)*. Sabadell : Institut d'Estudis Catalans ; Roma : CSIC.
- FEAR, A. T. (1996) - *Rome and Baetica: Urbanization in Southern Spain c. 50 BC-AD 150*. Oxford : Clarendon Press.
- FARIA, A. M. de (1989) - A numária de **Cantnipo. Conimbriga*. Coimbra. 28, p. 71-99.
- FARIA, A. M. de (1995) - Plínio-o-Velho e os estatutos das cidades privilegiadas hispano-romanas localizadas no actual território português. *Vipasca*. Aljustrel. 4, p. 89-99.
- GRANT, M. (1969²) - *From imperium to auctoritas*. Cambridge : Cambridge University Press.
- JACOB, P. (1986) - À propos des toponymes *Callet, Ceret, Osset, Emerita*. Madrid. 54, p. 275-280.
- KONRAD, C. F. (1994) - *Plutarch's Sertorius: A historical commentary*. Chapel Hill-London : The University of North Carolina Press.
- SILLIÈRES, P. (1990) - *Les voies de communication de l'Hispanie meridionale*. Paris : De Boccard.

RICO, Christian - Pyrénées romaines: Essai sur un pays de frontière (III^e siècle av. J. -C. - IV^e siècle ap. J. -C.). Madrid : Casa de Velázquez, 1997. 418 p. (Bibliothèque de la Casa de Velázquez ; 14). ISBN 84-86839-74-2.

O livro em apreço, que tem por base a tese de doutoramento do autor defendida em Fevereiro de 1993 na Universidade de Toulouse-le Mirail, foi terminado em 1995, a julgar pela presença na bibliografia final de quatro títulos datados deste último ano.

Inicia-se a obra com a descrição geográfica dos Pirenéus (p. 15-29), ressaltando desta última uma diversidade de paisagens e de recursos dificilmente detectável num espaço que só aparentemente é homogéneo.

As etnias que se distribuíam pela região pirenaica em época imediatamente anterior à presença romana na Península Ibérica constituem o tema da primeira parte do trabalho (p. 31-126). O estudo dos autores clássicos assume um papel fundamental no conhecimento dos diferentes povos que ocupavam os Pirenéus, sem que, no entanto, Rico subestime a importância dos vestígios arqueológicos na caracterização cultural daquelas populações. Cumpre, a este respeito, salientar a existência de círculos de megálitos (cromeleques), um fenómeno que até há pouco tempo dificilmente seria relacionável com a proto-história do Ocidente europeu.

Na segunda parte do livro, Rico ocupa-se dos primórdios da presença romana nos Pirenéus (p. 131-221). O estudo da integração administrativa das populações que neles habitavam foi empreendido em concomitância com a análise da urbanização que, pela primeira vez, ocorreu naquele território. Enquanto causa e efeito da romanização, a rede viária que ligava os Pirenéus às zonas mais desenvolvidas do Sul da Gália e do Levante hispânico mereceu da parte de Rico um tratamento exaustivo.

O impacte da civilização romana entre os povos pirenaicos nas suas diversas vertentes — economia, religião, onomástica, etc. — constitui o tema da terceira parte desta monografia (p. 227-331). Pela importância de que se revestiu na economia regional, Rico confere especial atenção à exploração do mármore, servindo-se sobretudo dos dados fornecidos pelas fontes epigráficas, já que, como ele próprio faz notar, continuam a faltar as indispensáveis análises petrológicas. O lugar relevante que a arte funerária ocupou na sociedade pirenaica reflecte-se na descoberta de numerosos monumentos pétreos de dimensões e finalidades diversas.

Vale ainda a pena realçar a apresentação em anexo de algumas tabelas e ilustrações relativas aos assuntos tratados no corpo do trabalho.

Completam a obra cinco índices — onomástico, geográfico, de fontes, epigráfico e temático — que mostram bem o empenho do autor em facilitar a todo o tipo de leitores a consulta do livro.

Sendo este um trabalho de algum modo pioneiro, para mais incidindo numa região e numa época que, mercê da escassez de documentos de vária ordem, não tem concitado a atenção de muitos investigadores, é natural que algumas questões nele focadas suscitem interpretações diversas das que o autor transmitiu. Atentemos seguidamente nos pontos que julgamos merecedores dos nossos comentários:

● O colectivo *Gomferani* (p. 36, 121 e n. 216), que Rico considera ser um etnónimo, foi interpretado por Gorrochategui (1984, p. 210-211) como sendo a designação adaptada do latim à fonologia aquitana de uma associação de carácter profissional (v. também Sayas Abengochea, 1992a, p. 171, n. 65).

● Muito embora não seja explícito, Rico dá a entender que *Ruscino* e *Iliberris* eram *oppida* que já possuíam estes nomes desde o início da respectiva ocupação, antes do século VI a.C. (p. 51), teoria que está muito longe de poder ser confirmada.

● O trabalho de G. Rohlfs (incorrectamente grafado Rholf) citado na nota 10 da p. 75 não vem registado na bibliografia final.

● Hoje em dia, não é possível escrever seriamente sobre a onomástica aquitana sem conhecer o já citado estudo de J. Gorrochategui (1984), que actualiza e substitui os trabalhos mencionados por Rico na n. 13 da p. 76.

● A despeito das ressalvas introduzidas na n. 23 da p. 77, não faz muito sentido qualificar como «celtíbericos» determinados nomes pessoais que Rico pensa serem a associação de radicais celtas com terminações de etimologia ibérica, quanto mais não seja porque tal termo se aplicava aos grupos populacionais celtas que habitavam numa determinada região da Península Ibérica, sem que houvesse lugar a qualquer miscigenação étnica. Rico refere que as raízes celtas mais frequentemente empregues na onomástica aquitana são *danne*, *andos* e *sen(i)* (p. 77), mas não é certo que qualquer delas remeta para aquela língua (Gorrochategui, 1984, p. 127-142, 192-193, 261-265, 1995a, p. 42-43 e n. 14, 48).

● O nome pessoal ibérico *Tannepaeser* (CIL II 5840) encontra-se latinizado, pelo que não é fácil identificar o elemento nominal inicial, que Rico considera ser celta (p. 77, n. 24). O mais provável é que se trate do elemento nominal ibérico *tanec* (MLH III, 1, p. 233) ou *taneS* (Faria, 1995, p. 324).

● Rico parece sustentar que a língua ibérica evoluiu a partir de um substrato linguístico pré-indo-europeu do qual terá igualmente derivado o aquitano, língua menos sujeita a alterações que o ibérico (p. 78); porém, conquanto esta ideia seja atractiva, Rico não tenta sequer demonstrá-la.

● Baseado somente na afinidade fonética, Rico faz derivar o nome Andorra do etnónimo *Andosinoi* (p. 87); parece-nos, contudo, que tal aproximação é infundada.

● Não se afigura razoável defender que os *Ausoceretes*, apenas testemunhados na polémica *Ora Maritima* de Avieno, tenham estado na origem dos *Ausetani* (p. 87), pelo que deve supor-se que aquele etnónimo aglutine elementos pertencentes aos *Ausetani* e *Cerretani* (p. 87, n. 63).

● Talvez haja que identificar a cidade denominada *Bargousia* por Ptolemeu (p. 89, n. 70) com Barguja, topónimo atestado em 839 (citado por Silgo Gauche, 1994-1995 [1997], p. 184-185).

● Ao arripio da tese perfilhada por Rico (p. 89), Untermann (1992a, p. 21 e n. 12) postula a distinção entre *Bargousii* e *Bergistani*, conferindo todo o crédito ao testemunho de Tito Lívio.

● Ao pôr em causa a origem ibérica dos *Cerretani* (p. 89-90), povo cujo nome Untermann (1992a, p. 31) provou ser ibérico, Rico desvaloriza infundadamente os testemunhos epigráfico-linguísticos (Fatás, 1992, p. 226; Beltrán Lloris e Pina Polo, 1994, p. 109 e n. 34) e literários (*Str.* 3. 14. 11) que apontam naquele sentido. Tão-pouco de Hoz (1995, p. 289-290) inclui os *Cerretani* entre os povos ibéricos.

● Rico encontra nos *Begerri/Bigerriones* a origem do corónimo *Bigorre* (p. 116), mas é praticamente certo que a etimologia deste último — *Bigorre* < *Baigorri* (Irigoyen Echevarria, 1987, p. 83-84) — não tem relação com o dito etnónimo (*contra*, Gorrochategui, 1995a, p. 40).

● A distinção étnica, cultural e linguística entre os povos situados a sul e a norte dos Pireneus, reflectida no próprio subtítulo da obra, é advogada por Rico nos seguintes termos: “à la veille de la conquête, les Pyrénées séparaient bien deux mondes politiques distincts, l’ibérique et le «gaulois», culturellement différenciés...” (p. 158); “[i] nous est donc difficile de croire que la frontière des Pyrénées ne fut qu’une notion artificielle, introduite par Rome pour les seuls besoins

du gouvernement de ses provinces” (p. 160). Na verdade, na região limitada pelos Pirenéus e pelo rio Garona assiste-se a um predomínio da onomástica vascónica, enquanto entre o Hérault e os Pirenéus Orientais a epigrafia testemunha um prolongamento da presença de nomes ibéricos, fenómeno que parece demonstrar que aquela cadeia montanhosa não serviu de fronteira entre os povos de ambas as vertentes durante a época pré-romana (de Hoz, 1981, p. 36-38; Gorrochategui, 1985, p. 614-615; Sayas Abengochea, 1992a, p. 165-167; Panosa Domingo, 1993, p. 94; Beltrán Lloris e Pina Polo, 1994, p. 106 e n. 10, 108; de Hoz, 1995, p. 280-283; Gorrochategui, 1995a, p. 40, 47-49, 1995b, p. 152, 1995c, p. 204-208, 215). Cabe ainda assinalar a ocorrência, no mesmo espaço geográfico, de antropónimos híbridos formados por elementos vascónico-aquitano, ibéricos e gauleses (Gorrochategui, 1984, p. 358, 1985, p. 623, 1995a, p. 48-49). Abra-se aqui um parêntese para assinalar que as seis testemunhas (e não sete, como por lapso indicámos recentemente (Faria, 1998, p. 230)) com nomes ibéricos mencionadas no chumbo de Pech Maho parecem infirmar a tese de Untermann (1992b, p. 23) segundo a qual “les noms de personnes ibériques ne sont attestés dans la Province narbonnaise que par des inscriptions en écriture ibérique”. Noutra passagem, Rico reafirma-se partidário de uma diferenciação étnica e linguística entre Vascões e Aquitanos (p. 159). No entanto, os estudos de onomástica levados a cabo nos últimos anos deixam entrever grandes dificuldades em destrinçar aqueles dois povos (Sayas Abengochea, 1992b, p. 527-529), de tal modo que é de admitir que os etnónimos em causa designariam uma só realidade cultural e linguística distribuída por ambas as vertentes dos Pirenéus.

- Não há qualquer base linguística que justifique a inclusão dos *Caristi*, *Autrigones* e *Varduli* no grupo pré-indo-europeu de que faziam parte os Vascões (p. 159) (Santos, Emborujó e Ortiz de Urbina, 1992; Gorrochategui, 1995a, p. 50-51). Esta mesma ideia é repetida na p. 170, sem que, mais uma vez, sejam expostos os respectivos fundamentos.

- Os reforços recebidos pelos Aquitanos que combatiam as tropas comandadas por Crasso foram identificados por César (B.G. 3.23) como sendo Cântabros (Gorrochategui, 1984, p. 44; Sayas Abengochea, 1992b, p. 533), não tendo Rico razão ao declarar que César não esclarece a origem exacta de tais reforços (p. 159, n. 5).

As discordâncias aqui manifestadas não põem de modo nenhum em causa os numerosos méritos desta monografia, que passará a ser de consulta imprescindível para quem estuda a ocupação romana dos Pirenéus.

BIBLIOGRAFIA

- BELTRÁN LLORIS, F.; PINA POLO, F. (1994) - Roma y los Pirineos: La formación de una frontera. *Chiron*. München. 24, p. 103-133.
- FARIA, A. M. de (1995) - Algumas notas de onomástica ibérica. *Portugalia*. Porto. Nova Série. 16, p. 323-330.
- FARIA, A. M. de (1998) - [Recensão a] SILGO GAUCHE, L. (1994), *Léxico ibérico*. Valencia : Real Academia de Cultura Valenciana, 1994, 271 p. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, p. 228-234.
- FATÁS, G. (1992) - Para una etnogeografía de la cuenca media del Ebro. In *Paleoetnología de la Península Ibérica: Actas de la reunión celebrada en la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense. Madrid, 13-15 diciembre de 1989*. Madrid : Universidad Complutense [Complutum. Madrid. 2-3, 1992], p. 223-232.
- GORROCHATEGUI, J. (1984) - *Estudio sobre la onomástica indígena de Aquitania*. Bilbao : Universidad del País Vasco.
- GORROCHATEGUI, J. (1985) - Lengua aquitana y lengua gala en la Aquitania etnográfica. In MELENA, J. L., ed. - *Symbolae Ludovico Mitxelena septuagenario oblatae*. Vitoria : Universidad del País Vasco, p. 613-628.

- GORROCHATÉGUI, J. (1995a) - The Basque language and its neighbors in Antiquity. In HUALDE, J. I. ; LAKARRA, J. A. ; TRASK, R. L., eds. - *Towards a history of the Basque language*. Amsterdam-Philadelphia : Johns Benjamins, p. 31-63.
- GORROCHATÉGUI, J. (1995b) - Algunos aspectos de la onomástica personal antigua de los Pirineos. In BERTRANPETIT, J. ; VIVES, E., eds. - *Muntanyes i població : El passat dels Pirineus des d'una perspectiva multidisciplinaria*. Andorra La Vella : Centre de Trobada de les Cultures Pireniques, p. 151-156.
- GORROCHATÉGUI, J. (1995c) - Los Pirineos entre Galia e Hispania: Las lenguas. *Veleia*. Vitoria-Gasteiz. 12, p. 181-234.
- DE HOZ, J. (1981) - El euskera y las lenguas vecinas antes de la romanización. In *Euskal linguistika eta literatura: Bide berriak*. Bilbao, p. 27-56.
- DE HOZ, J. (1995) - El poblamiento antiguo de los Pirineos desde el punto de vista lingüístico. In BERTRANPETIT, J. ; VIVES, E., eds. - *Muntanyes i població : El passat dels Pirineus des d'una perspectiva multidisciplinaria*. Andorra La Vella : Centre de Trobada de les Cultures Pireniques, p. 271-297.
- IRIGOYEN ECHEVARRIA, A. (1987) - Cuestiones de toponimia vasca circumpirenaica. In CIERBIDE MARTINENA, R., ed. - *Pirenaico navarro-aragonés, gascón y euskera: V Cursos de Verano en San Sebastián*. Bilbao : Universidad del País Vasco, p. 71- 156.
- MLH III = UNTERMANN, J. (1990) - *Monumenta linguarum Hispanicarum. Band III: Die iberischen Inschriften aus Spanien*. Wiesbaden : Dr. Ludwig Reichert.
- PANOSA DOMINGO, I. (1993) - Approche comparée de l'écriture ibérique en Languedoc-Roussillon et en Catalogne. *Documents d'Archéologie Méridionale*. Lambesc. 16, p. 93-103.
- SANTOS, J. ; EMBORUJO, A. ; ORTIZ DE URBINA, E. (1992) - Reconstrucción paleogeográfica de autrigones, caristos y várdulos. In *Paleoetnología de la Península Ibérica : Actas de la reunión celebrada en la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense. Madrid, 13-15 diciembre de 1989*. Madrid : Universidad Complutense [*Complutum*. Madrid. 2-3, 1992], p. 449-467.
- SAYAS ABENGOCHEA, J. J. (1992a) - El territorio aquitano entre la asimilación romana y el mantenimiento de su especificidad. In *Segundo Congreso General de Historia de Navarra (24-28 septiembre 1990). 2. Conferencias, y comunicaciones sobre prehistoria, historia antigua e historia medieval [Príncipe de Viana*. Pamplona. 53, Anejo 14 - 1992]. Pamplona : Institución Príncipe de Viana, p. 153-180.
- SAYAS ABENGOCHEA, J. J. (1992b) - Vascones y Aquitanos: Afinidades de origen y diferencias en su trayectoria política. In *In Memoriam J. Cabrera Moreno*. Granada : Universidad, p. 523-536.
- SILGO GAUCHE, L. (1994-1995) [1997] - Algunos datos sobre el acento ibérico. *Arse*. Sagunto. 28-29 [Número especial dedicado a Domingo Fletcher Valls], p. 175-185.
- UNTERMANN, J. (1992a) - Los etnónimos de la Hispania antigua y las lenguas prerromanas de la Península Ibérica. In *Paleoetnología de la Península Ibérica : Actas de la reunión celebrada en la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense. Madrid, 13-15 diciembre de 1989*. Madrid : Universidad Complutense [*Complutum*. Madrid. 2-3, 1992], p. 19-33.
- UNTERMANN, J. (1992b) - Quelle langue parlait-on dans l'Hérault pendant l'Antiquité?. *Revue Archéologique de Narbonnaise*. Montpellier. 25, p. 19-27.

FEAR, A. T. - Rome and Baetica : Urbanization in Southern Spain c. 50 BC - AD 150. Oxford : Clarendon Press, 1996. IX + 292 p., 3 mapas. ISBN 0-19-815027-X.

Após a leitura do livro em análise, fica-se com a sensação de que a data de edição pouco tem que ver com o período em que Fear redigiu o texto, sendo bem evidente a ausência da maior parte da bibliografia – inclusive a produzida pelo próprio autor – que sobre esta temática foi publicada nos anos 90. Não sabemos que critério adoptou Fear ao incluir entre os mais de 280 títulos reunidos na bibliografia final (p. 277-287) apenas dois publicados em 1992, cabendo um só título a cada um dos três anos seguintes. A propósito de bibliografia, neste livro é notória a abundância de erros ortográficos, nomeadamente a ausência de acentos agudos nas palavras em castelhano. Esta manifestação de descuido é agravada pela incorrecta transcrição dos nomes de vários autores espanhóis e dos títulos dos trabalhos por eles publicados. Vejamos somente três exemplos: na p. 278, em vez de RODRÍGUEZ NEILA, J. F., ‘A propósito de la noción de municipio en el mundo romano’, *Hispania Antiqua*, 6 (1976), 147 ff., encontramos RODRIGUEZ NEILA, J. F., ‘Municipia’, *Memorias de historia antigua*, 6 (1976), 147 ff.; na p. 281, ESTUVE GUERRO está por ESTEVE GUERRERO; na mesma página, FERNÁNDEZ, R. R. está por RAMOS FERNÁNDEZ, R. Notámos igualmente que alguns trabalhos citados no texto não figuram na bibliografia final. É o caso do livro *Roman Portugal* (1988) da autoria de Jorge de Alarcão (p. 32, n. 7).

Na primeira parte da introdução (p. 1-3), são delineadas em traços muito gerais as condicionantes geográficas da Andaluzia, discutindo Fear em seguida o modelo de colonização aplicado na Bética pelos Romanos (p. 3-5).

Num dos mais interessantes capítulos, o segundo (p. 6-30), Fear trata de discutir a teoria e a prática da romanização, fazendo um uso equilibrado das fontes epigráficas, literárias e arqueológicas, muitas vezes atinentes a outras regiões do império romano.

O terceiro capítulo é ocupado por uma análise da situação política e administrativa do Sul da Hispânia em meados do século I a.C., na qual o autor coloca em natural evidência a guerra civil entre César e os filhos de Pompeio, e o papel nela desempenhado pela tão discutida *legio Vernacula* (p. 31-62).

As colónias da Bética são objecto de um tratamento aprofundado no quarto capítulo (p. 63-104), avultando a rigorosa descrição dos procedimentos que acompanham as fundações coloniais.

Os estatutos das cidades «béticas» de César a Vespasiano, aos quais, nos últimos anos, foram consagrados numerosos estudos baseados na *Naturalis Historia* de Plínio e nos testemunhos epigráficos, constituem o tema do quinto capítulo (p. 105-130).

Segue-se um excelente capítulo dedicado à lei flávia municipal e à extensão do direito latino a toda a Hispânia por parte de Vespasiano (p. 131-169). Como não podia deixar de ser, na discussão deste assunto assume particular protagonismo a *lex Irnitana*, cuja publicação veio alargar os conhecimentos anteriormente adquiridos sobre as normas legais que norteavam o funcionamento da administração municipal sob o domínio flaviano.

Os vestígios arqueológicos das cidades romanas da Bética são alvo da atenção de Fear no capítulo 7 (p. 170-226), o mais extenso de todos quantos compõem a presente obra.

Os testemunhos da vida dos povos pré-romanos – línguas, religiões, onomástica, cargos administrativos –, que, pelo menos num primeiro momento, sobreviveram às influências culturais dos Romanos, são recordados no oitavo capítulo (p. 227-269).

Precedendo a bibliografia e um índice, surgem as conclusões, onde Fear aproveita para fazer um balanço genérico das alterações que a ocupação romana trouxe à sociedade da Bética, salientando as influências recíprocas que se fizeram sentir entre indígenas e imigrantes (p. 270-276).

A vastidão da obra e a multiplicidade de assuntos nela tratados tornam-na mais vulnerável a críticas, algumas delas mais justificadas do que outras. Deixamos aqui algumas observações a juntar àquelas que registámos no início destas linhas:

- *Bracara Augusta* deve substituir *Bracara Augusti* (p. 24).
- O chefe dos Lusitanos que sucedeu a Viriato chamava-se *Tautalos* ou *Tautamos*, e não *Tantalus* (p. 32).
- Não é certo que *Corduba* tenha sido fundada por M. Cláudio Marcelo em 152 a.C. (p. 37), devendo ser pelo menos discutida a inovadora tese formulada por A. Canto (1991) sobre este assunto, retomada recentemente com novos argumentos (Canto, 1997).
- O nome do *decemuir maximus* da inscrição de La Rambla é *Binsnes Vercellonis f.* (p. 46), tal como se pode ler na p. 247.
- É pouco provável que a efígie ilustrada nos denários de *M. Poblicius* tenha servido de modelo para a iconografia empregue nas cecas de *Caura*, *Lastigi*, *Sexs*, *Urso*, *Onuba*, *Osse(t)* e *Searo*, (p. 56) já que muitas delas, senão todas, funcionaram antes de meados do século I a.C.
- O nome NVMIT, correspondente a um magistrado monetário de *Lascuta*, deve abreviar NVMIT(*orius*) em vez de NVMIT(*ius*) (p. 56).
- A ceca que ostenta nas suas produções o nome abreviado VAL TER (sendo VAL a abreviatura de *Valerius*, é pouco provável que TER corresponda a *Terentius*) leva o nome de ILIPV(*la*) HALOS, e não ILVIP HALOS (p. 57-58).
- O topónimo *Cilpe* (p. 58) deve ser substituído por *Cilpes*, ceca que se deve ter localizado em Silves ou nos arredores desta cidade (Faria, 1997, p. 363-365).
- O magistrado monetário que Fear designa por *L. Iulius Bursicus* (p. 58) deve ser *L. Iulius Bursio*.
- *Baesuri*, cidade que, tal como *Cilpes*, nunca pertenceu à Bética, é curiosamente referida por Fear como *(Ba)Esuri* (p. 58), o que revela desconhecimento acerca dos trabalhos recentemente produzidos sobre esta ceca (Faria, 1995a, p. 143-144; Faria, 1997, p. 361-362).
- Há fortes dúvidas quanto à cunhagem em *Abra* de moedas emitidas por um tal A TITIN (p. 58), nome que, aliás, de ibérico não tem nada.
- É incorrecto classificar os nomes dos *quattuoruirii* carteienses L ATINI(*us*) e P MION como semi-ibéricos (p. 58-59), não havendo, além do mais, nenhuma certeza sobre qual a correcta leitura deste último nome.
- As moedas de *Baelo* e *Murtili* — aqui denominadas *Belo* e *Myrtilis* (sendo esta ceca anacronicamente atribuída à Lusitânia) — não ostentam a legenda L AP DEC Q (p. 59) (Faria, 1995a, p. 148-149).
- Fear refere-se a uma ceca denominada *Bastele* (p. 59), mas o certo é que tal ceca não existe.
- ISC/ISCER integra(m) a onomástica pessoal ibérica, não correspondendo, por isso, a nenhuma magistratura de *Castulo* (p. 59) (Faria, 1991, p. 16).
- **ilberir** (p. 60) é seguramente má leitura por **ildurir**.
- As iniciais M C, gravadas na inscrição *CIL II 1315*, já haviam sido desdobradas em M(*unicipii*) C(*eretani*) (melhor que C(*eretensis*) (p. 65 e 200, n. 143)) (Padilla Monge, 1989, p. 188 e nn. 17 e 18).
- *Colobana* (p. 65, 121) está por *Conobaria* (Tovar, 1974, p. 148).
- Não faz muito sentido que *Asido Caesarina*, município cesariano, tenha vindo a tornar-se

colónia com Augusto (p. 66-67, 230), pelo que a categoria de colónia aparentemente atribuída por Plínio a *Asido* e a *Hasta Regia* deve restringir-se a esta última (Mayer, 1989, p. 314).

- Fear relaciona os símbolos sacerdotais representados nas moedas de algumas cidades da Bética com o estatuto colonial das mesmas (p. 72); sucede, contudo, que *Liberalitas Iulia Eborae*, que não era certamente uma colónia, também reproduziu aqueles objectos nos respectivos dupõndios (Faria, 1995a, p. 148; Faria, 1995c, p. 95).

- A inscrição do mosaico de *Ilici* não corresponde à leitura que dela dá Fear (p. 97): SATV(?) ACOS, ACOS ET SABINI, COR. SCRAD. ACOS. Mais próxima da realidade é seguinte interpretação: ACOS [E?]LSAILACOS [BE]LSADINICOR ESCRAD[IN...]O (*MLH* III 2, p. 613-614; Faria, 1995b, p. 80).

- O nome pré-romano de *Caesaraugusta* era **salduie**, latinizado em *Saldubia*, e não *Salduba* (p. 104).

- A expressão *municipia Latio antiquitus donata* é completamente desconhecida de Plínio, pelo que o termo subentendido pela expressão *Latio antiquitus donata* (*NH* 3. 7) é *oppida*, e não *municipia* (p. 105) (Faria, 1995c, p. 91-94).

- A eventualidade de *Clunia* e *Flaviobriga* perfazerem a dúzia de colónias que Plínio coloca na Tarraconense (p. 105), hipótese rejeitada por Knapp (1977, p. 134-139), que prefere completar aquele elenco com *Palma* e *Pollentia*, já havia sido sugerida por R. Étienne (1958, p. 188).

- À luz do que hoje se conhece da onomástica ibérica (*MLH* III 1, p. 195-238), não é admissível qualificar como ibéricos nomes como *Attuna*, *Uprenna* e *Attenius* (p. 108).

- As comunidades de cidadãos romanos da Bética e da Lusitania que Plínio designa por *municipia* são, noutras províncias, nomeadamente na Tarraconense, designadas não apenas por *oppida* (p. 109), mas por *oppida ciuium Romanorum* (Faria, 1995c, p. 91-94).

- De acordo com Fear, *Vrbs* é epíteto aplicado na Hispânia a três colónias, *Tarraco*, *Noua Karthago* e *Salacia* (p. 109); ora, sucede que esta última cidade nunca foi colónia nem, apesar do que diz Plínio, contou com aquele título na sua denominação oficial (mesmo erro na p. 124) (Faria, 1995c, p. 96).

- Dada a inexistência no império de municípios de direito latino antes de Cláudio (Chastagnol, 1987 [1990], p. 8), o município testemunhado pelas moedas de *Italica* (p. 110-111) só pode ser de cidadãos romanos. É certo que várias cidades da Tarraconense consideradas por Plínio *oppida Latina* ostentam nas respectivas cunhagens o título de *municipium*. Fear recorda os casos de *Ercauica*, *Cascantum* e *Osicerda*, aos quais há que adicionar o de *Graccuris* (Faria, 1995c, p. 94). Acontece, porém, que as informações veiculadas por Plínio são anteriores às cunhagens que reflectem a concessão do estatuto municipal às referidas cidades (Faria, 1995c, p. 94). Assinale-se que Fear não é o único investigador que, pelo facto de não se ter apercebido de que os dados em causa pertencem a momentos distintos, faz equivaler os *oppida Latina* plinianos aos *municipia* atestados em moedas. Uma vez que os *comentarii* de Agripa, que serviram de base à corografia pliniana, são datados até 12 a.C., ano da morte do genro de Augusto, os quatro *oppida Latina* supracitados terão passado a *municipia* posteriormente àquele ano (Faria, 1995c, p. 94).

- *Ilipa*, *Oripo* e *Iliturgi* figuram nas respectivas cunhagens sob a forma adjectival no género neutro, o que poderá significar, segundo Fear, que tais adjectivos qualifiquem o substantivo *municipium* (p. 111). No entanto, tendo em conta a cronologia recuada das moedas produzidas naquelas três cecas, todas elas anteriores a meados do século I a.C., o mais natural é que o nome elidido seja *aes* ou algo semelhante (Castillo, 1986, p. 149; Villar, 1995, p. 93-94), possibilidade que não é totalmente descartada por Fear.

- As considerações acerca do alegado estatuto municipal de *Dipo* são perfeitamente dispensáveis, porquanto a legenda monetária evocada por Fear (*MVN DIPO*) (p. 112) não existe (Faria, 1995a, p. 146-147).

● A teoria de N. Mackie (1983, p. 343-347), perfilhada por Fear, de que *Iulia Traducta* se localizava na *Mauretania* (p. 114) é completamente insustentável (Sillières, 1988, p. 794-796; García-Moreno, 1988, p. 1113, n. 100).

● Já vimos que não há razões para acreditar na existência de *municipia Latina* antes de Cláudio, pelo que *Carteia* não deve ter sido nunca *municipium iuris Latii*, como quer Fear (p. 115). Sobre a mudança de estatuto de *Carteia*, preferimos secundar a tese sustentada por Knapp (1977, p. 119-120).

● A relação, questionada por Fear (p. 119), entre determinados *cognomenta* de cidades da Ulterior com episódios reais ou imaginários da história familiar de César foi também defendida por Galsterer-Kröll (1975, p. 123-125) num artigo que Fear não terá consultado.

● O *cognomentum* de *Obulco, Pontificense*, poderá remeter para o pontificado máximo de César (Galsterer-Kröll, 1975, p. 126), sem que haja a necessidade de relacioná-lo com um putativo santuário sediado na dita cidade (p. 119).

● *Laus*, que Plínio associa a *Ilipula* (p. 120), deve ser emendado para *Halos* (Thouvenot, 1940, p. 194).

● *Ossonoba Aestuaria* (p. 121) deve dar lugar a *Onoba Aestuaria* (Mayer, 1989, p. 318).

● Não é certo que, apesar do testemunho ptolemaico, *Murtili* tenha ostentado o *cognomen-tum Iulia* (p. 124) (Vasconcellos, 1901, p. 85-86).

● O *conuentus* de Corunna referido por Fear (p. 124) deve corresponder ao *conuentus Cluniensis*.

● Não vemos como é possível inferir da frase de Plínio (*NH* 4. 118) “[s]tipendiariorum quos nominare non pigeat, praeter iam dictos in Baeticae cognominibus” que havia na Bética cidades estipendiárias com *cognomenta* (p. 125). É praticamente certo que esta passagem se relaciona intimamente com outra (*NH* 3. 13), respeitante às ditas cidades da Bética, na qual fica claro que Plínio, sem se manifestar sobre os estatutos destas, alude à homonímia entre aquelas e diversas cidades lusitanas: “Celticos a Celtiberis ex Lusitania advenisse manifestum est sacris, lingua, oppidorum vocabulis, quae cognominibus in Baetica distinguntur”.

● Uma das cidades da Bética que foi beneficiada com o estatuto municipal em época flávia foi **Villo*, grafia que é preferível a *Villonensis* (p. 132).

● Quando Fear escreve que “all Vespasian’s successors had some connections with the peninsula” (p. 145), deve querer referir-se aos predecessores daquele imperador posteriormente citados (p. 145-146), Galba, Otão e Vitélio.

● *Ipolobulco* (p. 188) deve estar por *Ipolcobulcula*.

● A cidade de *Odyseia*, mencionada em Estrabão e considerada um mistério por Fear (p. 195), deve corresponder a *Vlisi* (Tovar, 1974, p. 135-136). É nossa convicção que as semelhanças entre este topónimo e *Olisipo/Vlisipo* não são fortuitas.

● Não é certa a inclusão do nome pessoal *Vrchail*, atestado em *CIL* II 1087, na antroponímia ibérica, nem tão-pouco é possível provar que sejam ibéricos outros nomes presentes na mesma epígrafe (p. 205) (Faria, 1995b, p. 85-86).

● Ao evocar o testemunho do mosaico de *Italica* que ostenta o nome M TRAHIVS C F (p. 207), Fear devia ter referido em nota de rodapé os artigos de Gil (1986) e de Caballos Rufino (1987-1988) a ele respeitantes.

● Fear alude ao *municipium* de *Dertosa* (p. 213; p. 215) a propósito da existência de comunidades duplas, mas na interpretação da inscrição *CIL* II 4060 (*CIL* II²/14, 794) (p. 213, n.197), que parece referir o conjunto de dois *ordines*, este autor desdobra C D em c(*oloniae*) D(*ertosae*). Sucede, porém, que a supracitada inscrição não poderá testemunhar a transformação do município de *Dertosa* em colónia, já que as abreviaturas d(*ecurionum*) c(*oloniae*) D(*ertosae*) foram acrescentadas por Hübner com base em *CIL* II 4058 (*CIL* II²/14, 788). É provável que, nesta última inscrição, as abreviaturas C D estejam por C(*iuitatis*) D(*ertosensis*) (*CIL* II²/14 p. 149).

● Não sabemos o que levou Fear a afirmar que as maiores comunidades indígenas da Bética são a púnica e a ibérica (p. 227). Em primeiro lugar, seria necessário definir o conceito de grupo indígena e saber se qualquer destes grupos pode ser rotulado desta forma; em segundo lugar, importaria averiguar o que Fear entende por população ibérica, visto que, à luz dos dados da epigrafia e da onomástica, o peso daquela etnia parece ser muito relativo. O discernimento do autor a este respeito não parece ser o desejável a julgar pelos erros na atribuição de vários nomes pessoais a determinadas línguas, bem evidentes na p. 265. Assim, são dados como ibéricos *Acci Odon f.*, *Attenia*, *Agria Matuna*, *Viria*, *Ikillio*, *Acantia*, *Istorna* e *Treptes*, ao passo que, ainda segundo Fear, são celtas *Brita*, *Caranto*, *Mapalia*, *Cloutius*, *Auircia* e *Abascantus*. Se ainda é possível identificar como celtas alguns dos nomes incluídos neste segundo grupo, duvidamos, em contrapartida, de que entre o primeiro grupo haja algum nome genuinamente ibérico. Refira-se que, para Fear, tanto *Ataecina* como *Endouellicus* (cultuado em San Miguel da Mota [sic]) são divindades ibéricas (p. 260).

● À bibliografia aduzida a propósito das bailarinas gaditanas (p. 237), deve acrescentar-se Olmos (1991).

● *Vettonia* é grafia preferível a *Vettoniensis* (p. 238).

● Relativamente aos nomes dos membros da família *Pompeia* sepultados no mausoléu do Cortijo de las Virgenes (e não de los Virgenes) (p. 255), há que introduzir as seguintes correções: *CIL* II 1585: M POMPEIVS Q F GAL ICSTNIS; *CIL* II 1591: IGALCHIS ILDRONS F; *CIL* II 1594: SISEANBA HANNONIS F.

● *Canania* (p. 288) (*CILA* II 1, p. 201, n.º 239) constitui o verdadeiro nome da cidade que Fear, nesta ocasião (p. 264), designa por *Canama*.

● Custa a compreender que Fear ainda perfilhe a velha teoria segundo a qual o C invertido das inscrições do Noroeste peninsular abrevia o termo *centuria* (p. 267) em vez de *castellum* (Albertos, 1988).

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTOS, M.ª de L. (1988) - Sobre los *castella* del N.O. peninsular. In PEREIRA MENAUT, G., ed. - *Actas del 1er Congreso Peninsular de Historia Antigua (Santiago de Compostela, 1-5 julio 1986)*. Vol. 2. Santiago de Compostela : Universidad, p. 191-195.
- CABALLOS RUFINO, A. (1987-1988) - *M. Trahius, C. F.*, magistrado de la Itálica tardorrepública. *Habis*. Sevilla. 18-19, p. 299-317.
- CANTO, A. M.ª (1991) - *Colonia Patricia Cordoba*: Nuevas hipótesis sobre su fundación y nombre. *Latomus*. Bruxelles. 50, p. 846-857.
- CANTO, A. M.ª (1997) - Algo más sobre Marcelo, Corduba y las colonias romanas del año 45 a.C. *Gerión*. Madrid. 15, p. 253-281.
- CASTILLO, C. (1986) - De epigrafía republicana hispano-romana. In *Actas de la Reunión sobre epigrafía hispánica de época romano-república*. Zaragoza : Institución Fernando el Católico, p. 141-150.
- CHASTAGNOL, A. (1987) [1990] - A propos du droit latin provincial. *Iura*. Napoli. 38, p. 1-24.
- CIL* II = HÜBNER, E. (1869) - *Corpus inscriptionum Latinarum*, II, Berlin: Georg Reimer.
- CIL* II²/14 = ALFÖLDY, G. [et. al.] (1995) - *Corpus inscriptionum Latinarum*, II *Editio altera*. Pars XIV: *Conventus Tarraconensis*. Fasc. I: *Pars meridionalis conventus Tarraconensis*. Berlin-New York : Walter de Gruyter.
- CILA* II 1 = GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. (1991) - *Corpus de inscripciones latinas de Andalucía II: Sevilla, 1: La Vega (Hispalis)*. Sevilla : Junta de Andalucía.
- ÉTIENNE, R. (1958) - *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris . E. De Boccard.
- FARIA, A. M. de (1995a) - Monedas da época romana cunhadas em território actualmente português. In *La moneda hispánica : Ciudad y territorio: I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua (Madrid, noviembre de 1994)*. Madrid : Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 143-153.

- FARIA, A. M. de (1995b) - Novas achegas para o estudo da onomástica ibérica e turdetana. *Vipasca*. Aljustrel. 4, p. 79-88.
- FARIA, A. M. de (1995c) - Plínio-o-Velho e os estatutos das cidades privilegiadas hispano-romanas localizadas no actual território português. *Vipasca*. Aljustrel. 4, p. 89-99.
- FARIA, A. M. de (1997) - Moedas da época romana cunhadas no actual território algarvio. In *Noventa séculos entre a terra e o mar*. Lisboa : Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 361-371.
- GALSTERER-KRÖLL, B. (1975) - Zu den spanischen Städtelisten des Plinius. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 48, p. 120-128.
- GARCÍA MORENO, L. A. (1988) - Ceuta y el Estrecho de Gibraltar durante la antigüedad tardía (siglos V-VIII). In *Actas del Congreso Internacional «El Estrecho de Gibraltar» Ceuta, 1987, I: Prehistoria e historia de la antigüedad*. Madrid : Universidad Nacional de Educación a Distancia, p. 1095-1114.
- GIL, J. (1986) - La inscripción italicense de *Trahius*. *Gerión*. Madrid. 6, p. 325-327.
- KNAPP, R. C. (1977) - *Aspects of the Roman experience in Iberia, 206 - 100 B. C.* Álava : Colegio Universitario ; Valladolid : Universidad.
- MACKIE, N. (1983) - Augustan colonies in Mauretania. *Historia*. Wiesbaden. 32, p. 332-358.
- MAYER, M. (1989) - Plinio el Viejo y las ciudades de la Baetica : Aproximación a un estado actual del problema. In GONZÁLEZ, J., ed. - *Estudios sobre Urso Colonia Iulia Genetiva*. Sevilla : Alfar, p. 303-333.
- OLMOS, R. (1991) - «Puellae Gaditanae» ¿Heteras de Astarté?. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 64, p. 99-109.
- PADILLA MONGE, A. (1989) - El epigrafe CIL II, 1305. *Habis*. Sevilla. 20, p. 185-190.
- SILLIÈRES, P. (1988) - Les villes antiques du littoral septentrional du Déroit de Gibraltar. In *Actas del Congreso Internacional «El Estrecho de Gibraltar» Ceuta, 1987, I: Prehistoria e historia de la antigüedad*. Madrid : Universidad Nacional de Educación a Distancia, p. 791-799.
- THOUVENOT, R. (1940) - *Essai sur la province romaine de Bétique*. Paris.
- TOVAR, A. (1974) - *Iberische Landeskunde, II. 1. Baetica*. Baden-Baden : Körner.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1901) - Les monnaies de la Lusitanie portugaise. *O Archeologo Português*. Lisboa. 6, p. 81-89.
- VILLAR, F. (1995) - *Estudios de celtibérico y de toponimia prerromana*. Salamanca : Universidad.

LE ROUX, Patrick - Romains d'Espagne: Cités & politique dans les provinces IIe siècle av. J. -C. - IIIe siècle ap. J. -C. Paris : Armand Colin, 1995. 182 p. ISBN 2-200-21593-2.

Este livro é o produto de um quarto de século de investigação que o autor consagrou à presença de Roma na Península Ibérica. A natureza ensaística deste trabalho revela sem margem para dúvidas as excelentes qualidades literárias da escrita do Professor Le Roux, sem que tais méritos ocultem minimamente a procura da objectividade permitida pelos documentos que ele conhece como poucos.

Na introdução (p. 7-18), são brevemente apresentados os factores que intervieram na latinização dos habitantes da Hispânia, desde a onomástica à religião, passando pelo exército ou pelo vestuário.

Não é tarefa fácil resumir a riqueza de que se reveste a perspectiva de Le Roux sobre o impacte exercido pelo invasor romano durante os primeiros dois séculos após a sua chegada (p. 19-58). Além de um meritório resumo sobre a geografia física e humana do território provincial, Le Roux identifica, com uma clarividência e um poder de síntese notáveis, as infra-estruturas administrativas e económicas que foram sendo gradualmente instaladas.

O capítulo 2 (p. 59-78) incide sobre as importantes reformas que Augusto levou a cabo no território peninsular, sobretudo após o final das guerras do Noroeste. Aquelas tiveram naturalmente o seu prolongamento nos reinados sucessivos, tendo merecido um tratamento mais circunstanciado quer a organização da exploração mineira, conhecida sobretudo através das tábuas de bronze de Aljustrel, quer a instituição do culto imperial, indissociável do prestígio de que gozou o primeiro imperador.

No capítulo 3 (p. 79-109), Le Roux retoma um tema ao qual tem dedicado com brilhantismo uma boa parte da sua investigação. Trata-se do problema dos estatutos e da organização político-administrativa das comunidades urbanas peninsulares.

Precedendo a conclusão (p. 131-138), na qual é colocado em evidência o papel da *ciuitas* como principal elemento integrador das gentes hispânicas na comunidade romana, surge o capítulo 4 (p. 111-129), que constitui um balanço das relações estabelecidas entre as elites locais e o imperador, que, pelo facto de este incarnar o próprio Estado, eram tantas vezes mediadas pelo governador provincial.

Não está muito claro qual o número de apêndices incluídos nesta obra. De acordo com o índice dos capítulos (p. 182), são apenas dois, sendo o primeiro (p. 140) um mapa com a localização dos povos e das cidades hispânicas e o segundo (p. 141), um mapa com a distribuição das cidades da Bética.

Uma cronologia de presença romana na Hispânia, que termina significativamente com o alargamento por Caracala da cidadania a todos os homens livres do Império, ocupa as p. 143-147.

Segue-se um glossário (p. 149-153), também de grande utilidade, que reúne vários termos, quase todos latinos, usados ao longo da obra.

A seguir a uma bibliografia necessariamente selectiva (p. 155-160), podem encontrar-se uns preciosos índices (de fontes, nomes pessoais, nomes geográficos e de temas) que encerram com chave de ouro aquela que é, sem dúvida, uma das melhores sínteses que foram escritas sobre a romanização da Península Ibérica.

É natural que neste livro, cuja excelência é directamente proporcional à diversidade dos temas nele tratados, se observem pequenas imprecisões. A despeito de estas quase se perderem no meio de um manancial de informações magistralmente transmitidas, não queremos deixar de as registar e de as discutir:

● Não há quaisquer razões que nos levem a acreditar que os cavaleiros pertencentes à *turma Salluitana* eram Celtiberos (p. 51). Efectivamente, a onomástica indígena que os identifica pode ser considerada ibérica e, talvez, vascónica (Gorrochategui, 1993, p. 629).

● É difícil excluir os povos da Galécia dos que combateram contra os Romanos nas Guerras do Noroeste (p. 61), se tivermos em conta os evidentes testemunhos arqueológicos que apontam naquele sentido (Faria, 1989, p. 92-93).

● Se já eram poucas as dúvidas acerca da autenticidade da chamada *Tabula Lougeiorum* (Rodríguez Colmenero, 1996, p. 301-315, 1997), questionada tanto por Canto (1990) como por Le Roux (1992, p. 240) (p. 69), uma inscrição recentemente publicada, ao mencionar parte do conteúdo daquela (Eck, 1997, p. 202-203), veio dissipá-las na sua totalidade.

● A grafia *Selmantica* (p. 83, 89) deve dar lugar a *Salmantica*.

● O etnónimo *Coelarni* (p. 91) deve ser substituído por *Coelerni*.

● À tradução dada à *tabula* de Montalegre (p. 91), preferimos a de C. Castillo (1993, p. 301-303), que, na sequência de outros investigadores, interpretou *Cabrumuria* e *Paligo* como antropónimos.

● Não se justifica a aplicação do nome *Baetica* a uma realidade geográfica do século II a.C. (*Hispania Vltior*) (p. 93, n. 57, p. 94), já que aquela só veio a ser criada na época de Augusto.

● Le Roux não situa cronologicamente os documentos epigráficos que registam as titulações de *Tarraco* e de *Emerita*, sendo certo que nenhuma das emissões monetárias cunhadas naquelas cidades durante a primeira metade do século I d.C. comporta o *cognomentum* (ou *nomen*) *Iulia* (p. 97); aliás, é o próprio Le Roux quem o recorda ao mencionar a primitiva denominação oficial da colónia de *Tarraco* (p. 76). Quanto à designação completa de *Baelo* (p. 97), parece-nos perfeitamente admissível que aquela tivesse sido *municipium Claudia Baelo*, pois é no feminino que encontramos o sobrenome da cidade no Itinerário de Antonino (v. também p. 128).

● Não cremos que Le Roux tenha razão ao postular a vigência de um estatuto latino nas cidades de *Segobriga* e *Valeria* mercê do facto de serem governadas por quadrúviro (p. 98). Também *Gades* e *Clunia* foram cidades dirigidas por quadrúviro, a despeito de terem gozado do estatuto municipal, aquela desde 49 a.C. e esta a partir de Tibério. Nada indica, pois, que seja extensível à Hispânia a situação que, de acordo com Gasco (1991, p. 559), constituía uma especificidade da Gália Narbonense: “*Nous serions alors en mesure d’affirmer qu’en Narbonnaise (et seulement en Narbonnaise où cette discrimination apparaît comme une originalité qui ne se rencontre dans aucune autre province), le quattuorvirat et le duumvirat correspondent à deux sortes de statut différentes (ce qui est d’ailleurs aujourd’hui l’opinion la plus communément admise) : le premier est relatif aux colonies latines, le second aux colonies romaines*”.

● Apesar de Le Roux afirmar que a nenhuma divindade indígena se aplica o qualificativo *Augusta*, são vários os exemplos, fornecidos por Melena (1984, p. 235, 238, 256, 257), do uso do epíteto *A(ugusta)* a preceder o teónimo *Nabia*.

● No mapa da p. 141 (Fig. 2), *Canama* está por *Canania*.

BIBLIOGRAFIA

- CANTO, A. M.^a (1990) - La *Tabula Lougeiorum*. Un documento a debate. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*. Madrid. 17, p. 267-275.
- CASTILLO, C. (1993) - Miscelánea epigráfica hispano-romana II. *Studia et Documenta Historiae et Iuris*. Roma. 59, p. 299-313.

- FARIA, A. M. de (1989) - Sobre a moeda do Noroeste da Hispânia : alguns comentários ao recente livro do Doutor Rui Centeno. *Arqueologia*. Porto. 20, p. 90-96.
- ECK, W. (1997) - Fünf 'Ehrenschriften' auf Bronze aus Spanien. *Chiron*. München. 27, p. 195-207.
- GASCOU, J. (1991) - Duumvirat, quattuorvirat et statut dans les cités de Gaule Narbonnaise. In *Epigrafia. Actes du colloque en mémoire de Attilio Degrassi pour le centenaire de sa naissance, Rome 27-28 mai 1988*. Rome : Université de Roma-La Sapienza - École Française de Rome, p. 547-563.
- GORROCHATEGUI, J. (1993) - La onomástica aquitana y su relación com la ibérica. In UNTERMANN, J. ; VILLAR, F. (eds.) - *Lengua y cultura en la Hispania prerromana. Actas del V Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Colonia, 25-28 de Noviembre de 1989)*. Salamanca : Universidad, p. 609-634.
- LE ROUX, P. (1992) - L'armée romaine dans la péninsule Ibérique sous l'Empire: bilan pour une décennie. *Revue des Études Anciennes*. Talence. 94, p. 231-257.
- MELENA, J. L. (1984) - Un ara votiva en El Gaitán, Cáceres. *Veleia*. Vitoria-Gasteiz. 1, p. 233-259.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1996) - La *tabula Hospitalitatis* de la *Civitas Lougeiorum*: ¿Un documento genuino o falsificación?. In RODRÍGUEZ COLMENERO, A., ed. - *Lucus Augusti I: El amanecer de una ciudad*. A Coruña : Fundación Pedro Barrié de la Maza, p. 310-315.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1997) - La nueva *tabula hospitalitatis* de la *civitas Lougeiorum*: Problemática y contexto histórico. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*. Bonn. 117, p. 213-226.

ANTÓNIO MARQUES DE FARIA